
PROJETO ENSEADA REAL NITERÓI

2. ESTUDO DE VIABILIDADE

2.6. ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV E RIV) – Capítulo 5 – Diagnóstico da Área de Vizinhança

Novembro de 2013

5. DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE VIZINHANÇA

O diagnóstico da área de vizinhança objetiva mapear todas as condições dos meios físico, biótico e socioeconômico do perímetro da OUC e áreas adjacentes de forma a identificar como a implantação da OUC poderá impactar na região.

5.1 Meio Físico

5.1.1 Geologia

Caracterização Geológica Regional

Sob o ponto de vista regional, a geologia da área de estudo compreende o segmento continental a leste da Baía de Guanabara e parte de seu trecho submerso. Estas estruturas foram definidas pelo processo de *rifteamento* que se inicia, segundo SILVA (2002), no Cretáceo superior. A formação desta estrutura se dá a partir do rebaixamento tectônico de um bloco e da formação de falhas que o limitam, dando origem a uma região depressiva (*graben*), circundada por áreas mais elevadas. Neste processo, o Rift da Guanabara é limitado, no lado do continente, pela escarpa da Serra do Mar e, no lado do oceano, pelos maciços litorâneos – Serra da Carioca e Maciço de Niterói (AMADOR, 1997).

O embasamento rochoso da área de estudo é constituído por rochas cristalinas proterozóicas e cambrianas nas áreas de ocorrência dos maciços e das baixadas aplainadas pela erosão, parte revestida por depósitos recentes de colúvio e/ou tálus. Nas baixadas e no fundo da baía, são encontrados pacotes de sedimentos terciários e quaternários de origem continental, lagunar e marinha, superpostos ao embasamento cristalino. O Quadro 5.1.1-1 apresenta as principais características da geologia existente no entorno da Baía de Guanabara.

Quadro 5.1.1-1 – Geologia dos segmentos continentais do entorno da Baía.

Litologia		Descrição	Ocorrência
CENOZÓICO	Areia fina a média, areia argilosa e argila orgânica	Domínio de depósitos inconsolidados costeiros de praias, marinhos, lagunares e flúvio-marinhos. Areias marinhas finas a médias; areias lagunares finas argilosas e argilas orgânicas flúvio-marinhas (manguezais).	Segmentos E e W
	Areia argilosa, argila, turfa, areia e cascalho	Domínio de depósitos inconsolidados flúvio-lagunares. Areias argilosas e argilas lagunares com ocorrências localizadas de turfas. Nos canais fluviais encontram-se areias e cascalhos.	Segmentos E e W

Litologia		Descrição	Ocorrência
	Arenitos, siltitos e argilitos	Domínio da Formação Macacu (Barreiras). Arenitos, siltitos e argilitos terciários, compactos; camadas arenosas friáveis.	Segmento E
MESOZOICO-CENOZOICO	Rochas alcalinas	Domínio de maciço alcalino cristalino com predominância de sienitos.	Segmento E
	Intrusões Básicas	Diques de basalto e diabásio que cortam as rochas dos domínios do Proterozóico e do Paleozóico, com espessuras que podem atingir 100m.	Segmentos E e W
PALEOZOICO	Granitos e Granitóides	Domínio de granitos e granitóides ricos em hornblenda e biotita de granulação fina a média, textura equigranular a porfirítica; formam <i>stocks</i> e pequenos batólitos.	Segmentos E e W
PROTEROZOICO	Neoproterozóico (Brasiliano III)	Suíte Rio de Janeiro – Granitóide Corcovado = Domínio de granitóides com granada, muscovita e biotita, textura megaporfirítica - gnaiss facoidal; xenólitos de gnaisses e intrusões de diques de leucogranitos são abundantes.	Segmentos E e W
		Suíte Desengano = Domínio de granitóides com granada, muscovita e biotita, granulação grossa, textura granoblástica e porfirítica com forte foliação; corpos charnockíticos localizados; xenólitos de gnaiss frequentes.	Segmento E
		Unidade Santo Aleixo = Domínio de granitóides do tipo granada-hornblenda-biotita granodiorito ricos em xenólitos de gnaiss (migmatitos de injeção); intrusões de leucogranitos frequentes.	Segmento W
	Gnaisses		Complexo Paraíba do Sul – Unidade São Fidélis = Domínio de granada-biotita-sillimanita gnaisses quartzo-feldspáticos com veios graníticos. Intercalações de gnaisses calcissilicáticos e quartzitos frequentes. Variedades de kinzigito com contatos de transição com o granada-biotita gnaiss.

Fonte: CPRM, 2001.

Geologia Local

As principais estruturas litológicas encontradas no segmento continental a leste da Baía de Guanabara são coberturas sedimentares do Quaternário e rochas cristalinas do Proterozóico. De acordo com o mapeamento realizado pelo CPRM (2001) na escala de 1:400.000, as coberturas sedimentares do Quaternário são caracterizadas pelo domínio de depósitos

costeiros de praia, marinhos, lagunares e flúvio-marinhos (Figura 5.1.1-1) enquanto as rochas cristalinas do Proterozóico são caracterizadas pelo domínio dos granitóides Corcovado (Suíte Rio de Janeiro – Figura 5.1.1-2) e pelo domínio dos gnaisses da Unidade São Fidélis.



Figura 5.1.1-1 - Depósitos costeiros na área de estudo.

Fonte: *Google Earth*



Figura 5.1.1-2 – Afloramentos rochosos da Suíte Rio de Janeiro próximo à Avenida Jansen de Mello.

Fonte: Trabalho de campo/Maio 2012.

O domínio de depósitos costeiros de praia, marinhos, lagunares e flúvio-marinhos ocorrem em trechos do entorno da baía e ilhas interiores e é formado por sedimentos inconsolidados constituídos por areias quartzosas finas a médias (marinhas), areias argilosas (lagunares) e argilas orgânicas (flúvio-marinhas). As areias são pouco compactas e facilmente erodíveis em superfície, enquanto que em profundidade são compactas e muito permeáveis. Deste modo, com o nível do lençol freático elevado, tornam-se sujeitas à contaminação. As areias argilosas são camadas pouco compactas, também facilmente erodíveis e semisaturadas, enquanto as argilas orgânicas são camadas muito moles, completamente saturadas, que se encontram em áreas alagadas.

O domínio dos granitóides Corcovado (gnaisses facoidais) sustenta boa parte dos grandes maciços costeiros e morros elevados dos municípios do Rio de Janeiro e Niterói. São rochas, em geral, muito resistentes, constituídas por granada, muscovita e biotita, que têm como característica principal uma textura megaporfírica típica. Xenólitos de gnaisses e intrusões de diques de leucogranitos são abundantes nesses corpos rochosos. Os maciços apresentam amplitudes topográficas muito elevadas, em muitos casos superiores a 500m, com vertentes extensas e abruptas. São formadas por grandes afloramentos de rocha, onde alguns blocos e placas rochosas podem se desprender, ou capeadas por consideráveis depósitos de tálus e colúvios. Esses depósitos são heterogêneos, contendo desde argilas até matacões de dimensões métricas. São instáveis, sujeitos a grandes movimentos de massa quando submetidos a intervenções antrópicas ou a fenômeno natural de chuvas intensas. Quase sempre são permeáveis nas zonas de contato solo/rocha, o que facilita os grandes escorregamentos. Por esses motivos, geralmente se localizam áreas consideradas de risco, quando ocupadas.

O domínio dos gnaisses da Unidade São Fidélis é formado pelas rochas mais antigas da região e, nos maciços costeiros, assumem a forma de grandes corpos englobados e parcialmente digeridos por rochas mais jovens em orogêneses posteriores. Constitui-se de granada-biotita-sillimanita gnaisses quartzo-feldspáticos com contatos de transição para variedades de kinzigito. Contém, ainda, veios graníticos e intercalações frequentes de gnaisses calcissilicáticos e quartzitos. Essas rochas, geralmente, estão recobertas por solos residuais micáceos, friáveis, e por colúvios instáveis nos taludes mais abruptos. Essa instabilidade geralmente é agravada pela ocupação antrópica.

O mapeamento realizado pelo CPRM (2009) na escala 1: 100.000 permitiu um maior detalhamento dessas estruturas litológicas, em que o segmento continental a leste da Baía de Guanabara pode ser estudado a partir das seguintes unidades geológicas: Depósito Flúvio-Marinho (Qfm), Grupo São Fidélis (NPsfbn), Suíte Rio de Janeiro (NP3Y2rj) e Complexo Rio Negro (NP23Yrn) conforme pode-se observar na Figura 5.1.1-3. Para a área de estudo,

este mapeamento individualiza o Domínio dos Granitóides Corcovado em duas unidades geológicas distintas: Suíte Rio de Janeiro (NP3Y2rj) e Complexo Rio Negro (NP23 Y1m).

O depósito flúvio-marinho (Qfm) ocupa a maior parte da área de vizinhança, sendo também a unidade geológica a sofrer as principais intervenções previstas na OUC. De acordo com CPRM (2009), esta unidade é constituída por sedimentos finos, siltico-argilosos ou argilo-silticos, ricos em matéria orgânica; depósitos rudáceos associados a ambientes de leques fluviais; argilas acinzentadas de planície de inundação; areias de canais fluviais; interdigitação de sedimentos arenosos, argilosos e turfosos.

A unidade Suíte Rio de Janeiro (NP3Y2RJ - Figura 5.1.1-4) por sua vez, constitui-se de biotita ortognaisse grosso, bem foliado, de estrutura oftálmica (augen) formada por megacristais lenticulares de microclina de 3 a 5 cm, em matriz granítica rica em biotita, podendo apresentar teores expressivos de granada e hornblenda. Já o grupo São Fidélis (NPsfbgn) é composto por (sillimanita)-(granada) biotita gnaisses bandados ou homogêneos com intercalações de quartzitos e lentes de rochas calcissicáticas.

Figura 5.1.1-3 – Litologia da Área de Vizinhança

Por fim, o complexo Rio Negro (NP23 Y1rn), unidade encontrada apenas no bairro da Ponta D'Areia (Figura 5.1.1-5) – não há previsão de intervenção nessa área, é composto por quartzo-plagioclásio-biotita gnaisses mesocráticos de composição quartzo diorítica a diorítica, intensamente deformados e migmatizados, de espectro geralmente bandado; ortoclásio (microclina)-quartzo gnaisses acinzentados de composição granodiorítica e rochas anfibolíticas.



Figura 5.1.1-4 – Parque Municipal das Águas de Niterói, local de afloramento de rochas que compõem a Suíte Rio de Janeiro.

Fonte: Trabalho de campo/Maio 2012.



Figura 5.1.1-5 – Afloramentos rochosos do Complexo Rio Negro, no bairro Ponta D'Areia.

Fonte: Trabalho de campo/Maio 2012.

O Quadro 5.1.1-2 apresenta, de forma qualitativa, a distribuição dessas unidades geológicas nos bairros que compõem a área de estudo. Permite, desta maneira, direcionar as ações de intervenção de acordo com as litologias presentes em cada unidade territorial.

Quadro 5.1.1-2 – Unidades geológicas por bairro.

Bairro	Unidades Geológicas - Mapeamento CPRM	
	Escala 1: 400.000 (2001)	Escala 1: 100.000 (2009)
Ponta D'Areia	Domínio dos granitóides Corcovado	Suíte Rio de Janeiro - NP3 2RJ
	Domínio de depósitos costeiros de praia, marinhos, lagunares e flúvio-marinhos.	Complexo Rio Negro - NP23 1RN
Centro	Domínio dos granitóides Corcovado	Suíte Rio de Janeiro - NP3 2RJ
	Domínio de depósitos costeiros de praia, marinhos, lagunares e flúvio-marinhos.	Depósito fluvio-marinho – QFM
	Domínio dos gnaisses da Unidade São Fidélis	Grupo São Fidélis - NPsfbgn
São Domingos	Domínio dos granitóides Corcovado	Depósito fluvio-marinho – QFM
	Domínio de depósitos costeiros de praia, marinhos, lagunares e flúvio-marinhos.	Suíte Rio de Janeiro - NP3 2RJ
	Domínio dos gnaisses da Unidade São Fidélis	
Morro do Estado	Domínio dos granitóides Corcovado	Grupo São Fidélis - NPsfbgn
	Domínio dos gnaisses da Unidade São Fidélis	
Gragoatá	Domínio dos gnaisses da Unidade São Fidélis	Suíte Rio de Janeiro - NP3 2RJ
		Grupo São Fidélis - NPsfbgn
Boa Viagem	Domínio dos gnaisses da Unidade São Fidélis	Grupo São Fidélis - NPsfbgn
Ingá	Domínio de depósitos costeiros de praia, marinhos, lagunares e flúvio-marinhos.	Depósito fluvio-marinho – QFM
	Domínio dos gnaisses da Unidade São Fidélis	Grupo São Fidélis - NPsfbgn
Icaraí	Domínio de depósitos costeiros de praia, marinhos, lagunares e flúvio-marinhos.	Depósito fluvio-marinho – QFM
Santana	Domínio de depósitos costeiros de praia, marinhos, lagunares e flúvio-marinhos.	Depósito flúvio-marinho – QFM
São Lourenço	Domínio de depósitos costeiros de praia, marinhos, lagunares e flúvio-marinhos.	Depósito fluvio-marinho – QFM

Fonte: CPRM (2001; 2009)

Recursos Minerais

A partir da consulta ao banco de dados Sistema de Informação Geográfica da Mineração (SIGMINE), disponível no *site* do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), foram levantados os processos de titularidade minerária existentes na área de vizinhança da OUC. Através da consulta ao SIGMINE no mês de abril de 2013, podem ser identificadas as poligonais das áreas com títulos minerários por Estado da Federação atualizado mensalmente, o número de seus respectivos processos no DNPM, bem como a fase em que se encontram e os nomes dos requerentes dos processos. Com isso, foi possível verificar que não existe nenhum processo em andamento no âmbito de toda a área de vizinhança.

5.1.2 Caracterização Geomorfológica

Caracterização Geomorfológica Regional

Segundo Amador (1997), com a ruptura continental que gerou o afastamento do Brasil e da África no Mesozóico, antigas falhas Pré-Cambrianas foram reativadas e diques de diabásio cortaram as rochas antigas da região da Bacia da Guanabara. Ao final desta era, as Serra da Mantiqueira e Serra do Mar, o Maciço Litorâneo e as ilhas litorâneas foram formadas a partir do deslocamento gravimétrico de blocos falhados e basculados que foram modelados pelos processos erosivos. O deslocamento desses blocos também gerou áreas rebaixadas, constituindo-se em *rifts* ou *semi-grabens*, como a Baixada Fluminense.

O sistema geológico estrutural influenciou sobremaneira a geomorfologia regional bem como seu recobrimento sedimentar. A complexidade das feições morfológicas da região da Baía da Guanabara se dá pelos ciclos erosivos-deposicionais que ocorreram no Cenozóico, devido à nova configuração geográfica dos continentes e oceanos, responsável pelas intensas mudanças paleoambientais. Durante o Cenozóico, as zonas climáticas do planeta foram caracterizadas pela alternância de climas. As fases glaciais, marcadas pelo avanço das geleiras nas altas latitudes, corresponderam nas zonas intertropicais a climas mais secos e frios, enquanto que as fases interglaciais, marcadas pelo recuo das geleiras nas altas latitudes, foram acompanhadas nas áreas intertropicais por climas mais quentes e úmidos (AMADOR, 1997). De acordo com Amador (op. cit.), as formas de relevo desta região estão associadas às distintas superfícies erosivas e seus depósitos correlativos que foram formados ao longo dos períodos glaciais e interglaciais, sendo possível identificar a Formação Macacu, do Pleistoceno Inferior a Médio, a Formação Caceribu, do Pleistoceno Superior, e os sedimentos aluviais, flúvio-marinhos e marinhos do Holoceno.

Caracterização Geomorfológica Local

A área de estudo situa-se no entorno da Baía de Guanabara que se apresenta como lençol d'água marinho, compreendido entre a vertente meridional da Serra do Mar, mais precisamente, da Serra dos Órgãos e dos maciços litorâneos do Estado do Rio de Janeiro. Ocupa uma depressão, que se originou a partir de movimentos tectônicos (*Rift* da Baía de Guanabara). Antes de ser invadida pelo mar, foi modelada pela erosão fluvial. Assim, quanto à sua formação, a baía está identificada como uma região estuarina, originada pelo afogamento marinho de uma bacia fluvial complexa, condicionada por compartimentos estruturais associados, representados por vales de rios afogados, combinados com o estuário formado por ação tectônica.

O fundo da baía é muito irregular, em decorrência de sua origem, que remete ao afogamento marinho de uma antiga bacia que compreendia muitos vales fluviais. Tais vales, hoje parcialmente soterrados pela sedimentação marinha, convergem para um canal central, cuja profundidade média está acima de 20m, responsável pela comunicação da bacia com o oceano. A maior extensão da Baía de Guanabara está localizada segundo um eixo orientado, aproximadamente, para NE, e apresenta 36km de comprimento; sua menor largura, medida entre as Pontas de São João (Rio) e Santa Cruz (Niterói), tem 1,6km de extensão. A atual superfície da baía situa-se na ordem de aproximadamente 400km², tendo sido reduzida em perto de 30% de sua área original, que foi tomada pela construção de aterros, obras de dragagem, retificações e canalizações de córregos que preencheram e entulharam várias feições geomorfológicas que existiam ao longo de sua orla. Nessas obras, foram aterradas algumas enseadas, praias e manguezais, contribuindo, juntamente com outros processos, para uma elevada velocidade de assoreamento da baía.

De acordo com o Mapa Geomorfológico do Rio de Janeiro, escala 1:250.000 (CPRM, 2001), a área de vizinhança da OUC proposta apresenta como principal sistema de relevo o relevo de agradação, que por sua vez é constituído pelo domínio de planícies colúvio-alúvio-marinhas. Em menores proporções, são encontrados relevos de degradação composto pelos domínios de colinas isoladas, morrotes e morros baixos isolados e maciços intrusivos alcalinos, como podemos observar na Figura 5.1.2-1. O relevo de agradação é caracterizado pelo predomínio dos processos deposicionais, enquanto que o relevo de degradação é caracterizado pelo predomínio dos processos erosivos (SILVA, 2002), sendo este o primeiro critério para a diferenciação dos compartimentos geomorfológicos. As principais características destes sistemas de relevo são descritas a seguir.

- Relevo de Agradação:

As Planícies Colúvio-Alúvio-Marinhas (Terrenos Argilo-Arenosos das Baixadas), presentes em praticamente todo o bairro do centro (Figura 5.1.2-2) e em parte dos bairros São Domingos e Ponta D'Areia, são superfícies subhorizontais, com gradientes extremamente suaves e convergentes à linha de costa, de interface com os Sistemas Depositionais Continentais (processos fluviais e de encosta) e Marinhos. Geralmente, são terrenos mal drenados com padrão de canais meandrante e divagante, sendo caracterizadas também pela presença de superfícies de aplainamento e pequenas colinas ajustadas ao nível de base das baixadas.

Figura 5.1.2-1 – Mapa Geomorfológico da Área de Vizinhança.



Figura 5.1.2-2- Planície flúvio-marinha no centro de Niterói, próximo à estação das barcas.

Fonte: Trabalho de campo Maio/2012.

- Relevo de Degradação:

As Colinas Isoladas (Figura 5.1.2-3) são formas de relevo residuais, com vertentes convexas e topos arredondados ou alongados, com sedimentação de colúvios, remanescentes do afogamento generalizado do relevo produzido pela sedimentação flúvio-marinha, que caracteriza as baixadas litorâneas. A densidade de drenagem é muito baixa, com padrão dendrítico e drenagem imperfeita nos fundos de vales afogados. Nestas áreas, há o predomínio de amplitudes topográficas inferiores a 100m e gradientes suaves.

Os Morrotes e Morros Baixos Isolados também são formas de relevo residuais, com vertentes convexas a retilíneas e topos aguçados ou arredondados, com sedimentação de colúvios, remanescentes do afogamento generalizado do relevo produzido pela sedimentação flúvio-marinha, que caracteriza as baixadas litorâneas. Sua densidade de drenagem também é muito baixa, com padrão de drenagem dendrítico e drenagem imperfeita dos fundos de vales afogados. Tendo o predomínio de amplitudes topográficas entre 100 e 200m e gradientes suaves a médios.

O Domínio de Colinas Dissecadas, Morrotes e Morros Baixos é caracterizado por relevo de colinas dissecadas, com vertentes convexo-côncavas e topos arredondados e/ou alongados e de morrotes e morros dissecados, com vertentes retilíneas e côncavas e topos aguçados ou alinhados, com sedimentação de colúvios e alúvios. Tendo densidade de drenagem média a alta com padrão de drenagem variável, de dendrítico a treliça ou retangular. Predomínio de amplitudes topográficas entre 100 e 200m e gradientes suaves a médios. Nos relevos de degradação, são encontrados áreas suscetíveis a movimentos de massa, tais como escorregamentos e quedas de blocos, o que contribui para a vulnerabilidade da população residente nestas áreas.



Figura 5.1.2-3 - Domínio de colinas isoladas aos fundos do hotel Mercure, bairro de Gragoatá.
Fonte: Trabalho de campo/Maio2012.

5.1.3 Climatologia

A diversidade climática do estado do Rio de Janeiro é muito influenciada pelo relevo e pela altitude. A Serra do Mar, cujos nomes locais são muito variados, é o principal relevo responsável pela diversificação do clima no estado, pois ela isola do lado do oceano uma baixada litorânea quente e úmida. Cria na encosta e no topo da serra uma área de clima mais úmido, que é caracterizado por chuvas de relevo durante todo o ano. Além disso, cria no reverso da serra uma região mais seca, em função da barreira geográfica imposta pela Serra do Mar. O município de Niterói se encontra na baixada litorânea, que possui tipo climático quente e úmido, com uma estação chuvosa no verão e outra relativamente seca no inverno.

A estação chuvosa começa no final da primavera, em função do começo do aquecimento e do avanço da massa continental para o sul, responsáveis por provocar muita chuva. Em fevereiro, é possível observar decréscimo na precipitação, que volta a aumentar em março em função do avanço da massa polar atlântica vinda do sul, mesmo que de forma tímida, atraída pelo calor da massa equatorial continental que já começa a recuar para o norte. No começo do outono, as precipitações ainda são relativamente abundantes. É em maio e junho que se observa uma queda considerável da precipitação. Isso se dá em função do avanço com mais força da massa polar atlântica, que apesar de ser úmida e fria, chega à região com menos força, trazendo menos umidade e causando queda na temperatura da região, em função do longo percurso percorrido no continente.

A partir da análise dos dados de temperatura média, máxima e mínima, disponibilizados pelo INMET das normais climatológicas entre os anos de 1961 a 1990 (Gráficos 5.1.3-1 e 5.1.3-2), é possível observar que janeiro e fevereiro são os meses mais quentes do ano. Por outro lado, em julho ocorrem às médias mensais de temperatura mais baixas de toda a região. É frequente ser fevereiro, e não janeiro, o mês de maior aquecimento. Isto se explica pelo fato de ser fevereiro o mês menos chuvoso do verão.

Gráfico 5.1.3-1: Temperatura média do Estado do Rio de Janeiro (1961-1990).

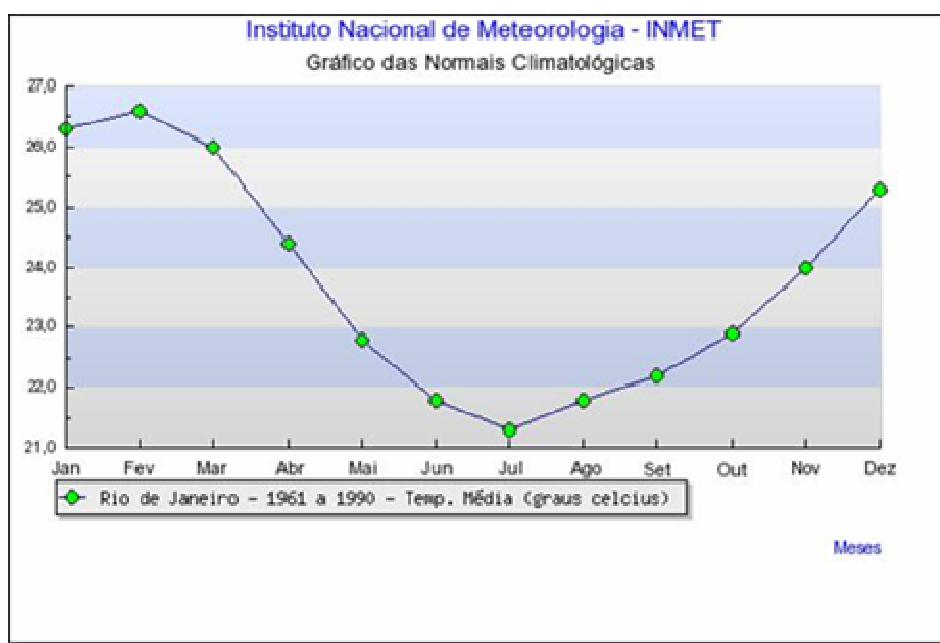
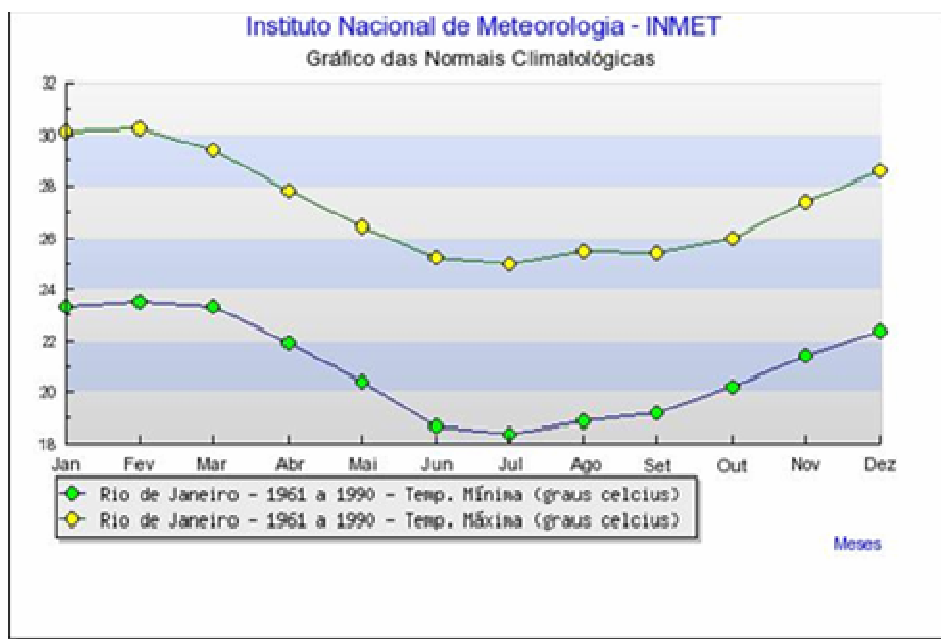


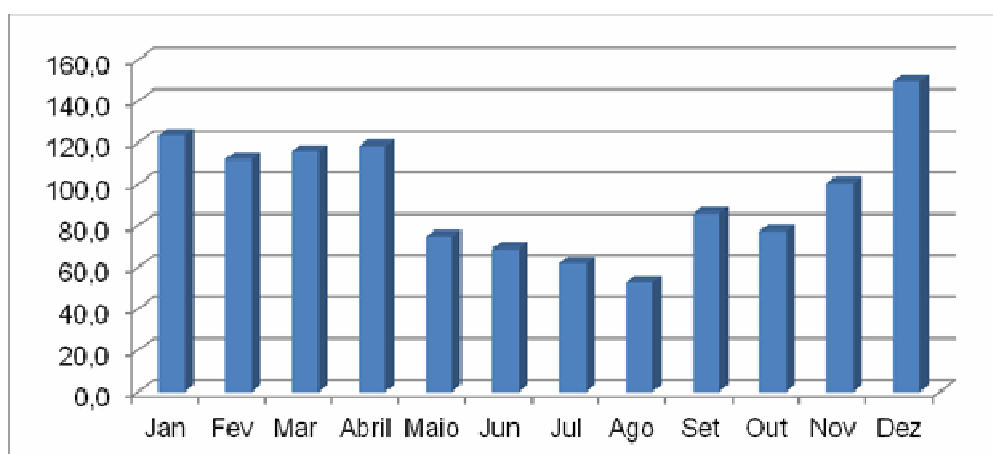
Gráfico 5.1.3-2: Temperatura Máxima e Mínima do Estado do Rio de Janeiro (1961-1990).



Fonte: INMET, 2012.

A partir de dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas da estação pluviométrica do Horto Florestal (Latitude: -22,88277778; Longitude: -43,1075), foi possível observar que o período de dezembro a abril compreende as maiores médias pluviométricas. Atinge-se precipitação máxima de aproximadamente 142 mm em dezembro, conforme pode-se observar no Gráfico 5.1.3-3. Os meses que vão de maio a novembro compreendem menores médias pluviométricas, quando comparadas às do período de dezembro a abril, atingindo menor média –aproximadamente 50 mm- em agosto.

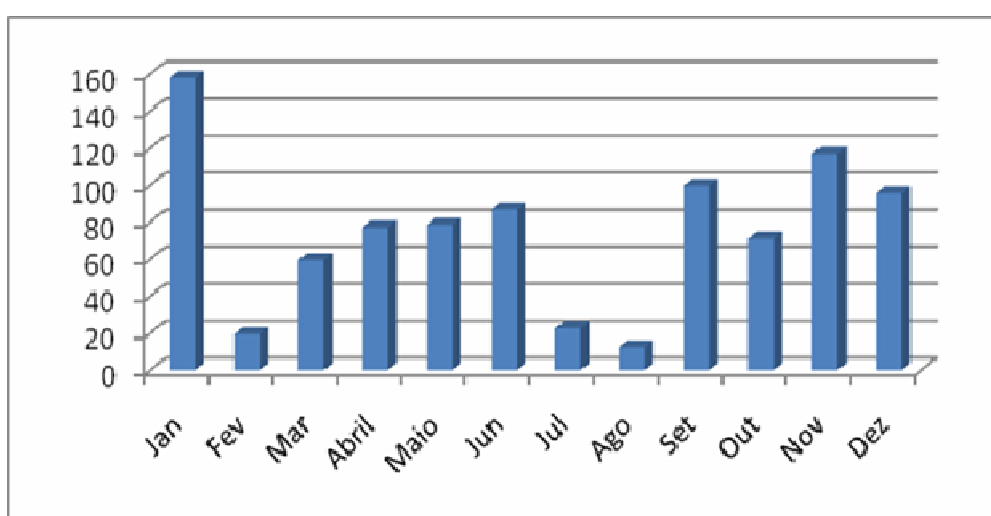
Gráfico 5.1.3-3: Médias mensais de precipitação pluviométrica (1977-1994).



Fonte: SNIRH/ANA, 2012.

Com a desativação da estação do Horto Florestal, novos dados pluviométricos oficiais foram gerados apenas a partir de dezembro de 2011, com a implantação da estação São Domingos (Latitude: -22°54'17"; Longitude: -43°7'54") na Universidade Federal Fluminense (Gráfico 5.1.3-4). A partir destes dados, foi possível observar que, no ano de 2012, houve mudanças no regime de chuvas, observado em todos os meses. Os meses de janeiro, junho, setembro e novembro estão acima da média, enquanto os outros meses apresentaram médias abaixo do intervalo de 1977-1994. Nota-se que os meses de fevereiro, julho e agosto são os mais destoantes.

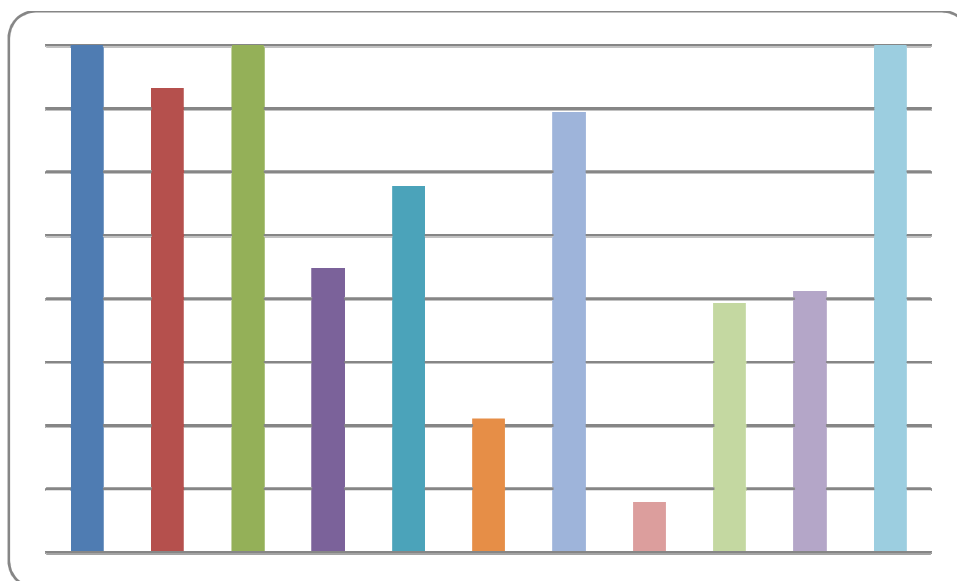
Gráfico 5.1.3-4: Precipitação dos meses de janeiro a dezembro de 2012.



Fonte: HIDROUFF, 2013.

Em 2013, para análise, foram verificados os dados de janeiro a novembro (Gráfico 5.1.3-5) disponibilizados pela HIDROUFF. Os dados encontrados mostram que o período analisado para o ano 2013 teve uma grande mudança no regime de chuvas comparado com o intervalo 1977-1994. Os meses de janeiro, março e novembro alcançaram as maiores precipitações com valores acima de 160 mm enquanto os meses de junho e agosto apresentaram valores abaixo do intervalo 1977-1994.

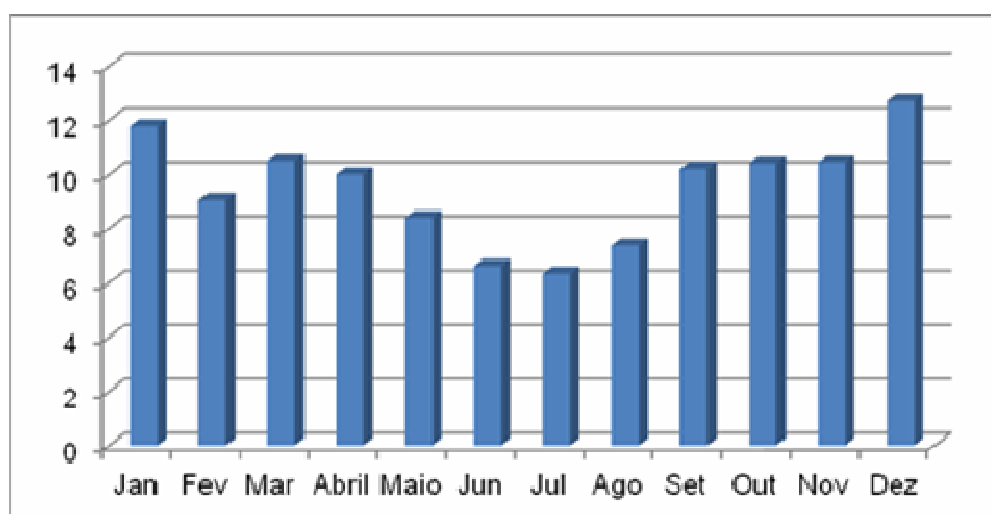
Gráfico 5.1.3-5: Precipitação dos meses de janeiro a novembro de 2013.



Fonte: HIDROUFF, 2013.

A partir de dados da média de dias de chuva por mês do período de 1977 a 1994 (Gráfico 5.1.3-6), foi possível observar que os meses de dezembro a abril apresentam as maiores médias de dias de chuvas por mês. Porém, quando comparados com a média de dias de chuva por mês no período de maio a outubro, é possível observar que a variação na quantidade de dias de chuva por mês não é muito grande, o que pode explicar a maior concentração de desastres naturais provocados pela chuva, como enchentes e deslizamentos de terra, no período de dezembro a abril.

Gráfico 5.1.3-6: Média do número de dias de chuva por mês (1977-1994).



Fonte: SNIRH/ANA, 2012.

O regime de temperatura, chuvas e ventos da área de vizinhança é fortemente influenciado pela ação da massa de ar tropical atlântica que, segundo Prado *et al.* (2005), apresenta divergência anticiclônica; elevada temperatura, fornecida pela intensa radiação solar das latitudes tropicais; e forte umidade específica fornecida pela intensa evaporação marítima. A massa tropical atlântica se origina nas células de alta pressão dos anticiclones subtropicais na parte sul do Oceano Atlântico e atua quase que durante todo o ano no estado do Rio de Janeiro, de forma a proporcionar elevadas temperaturas e umidade específica do ar.

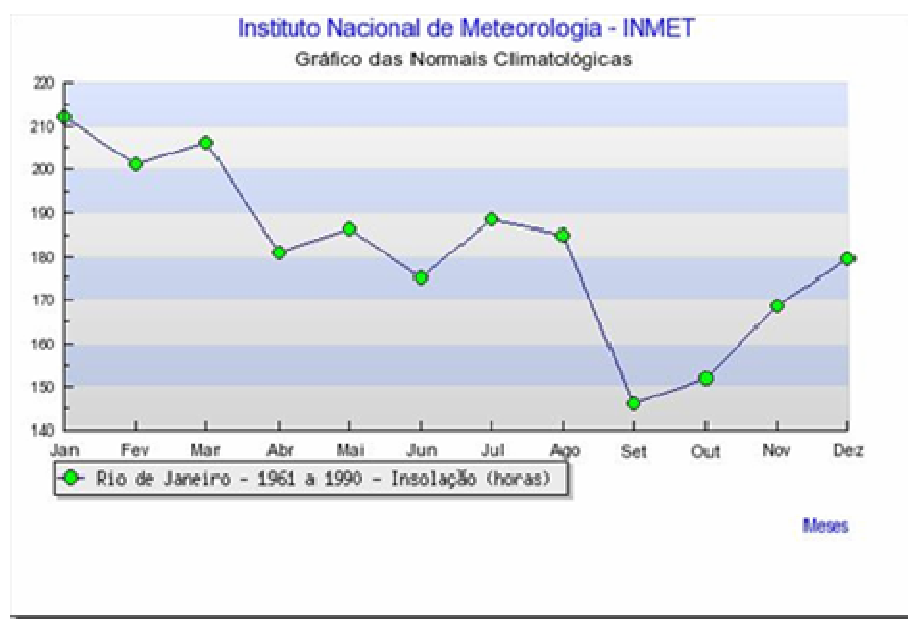
A depressão do Chaco, originada na parte central da América do Sul, expande-se ocasionalmente no verão até o Rio de Janeiro, provocando calmarias e elevação da temperatura. A atuação da massa polar atlântica provoca instabilidades nas condições do tempo com quedas de temperaturas. Apesar de atuar mais intensamente no inverno, essa massa causa maiores impactos no verão quando gera chuvas intensas, geralmente associadas à atuação da Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS), quando a umidade provinda da Amazônia proporciona grande instabilidade na região sudeste (MENDONÇA e DANNI-OLIVEIRA, 2007).

Em condições normais, a massa tropical atlântica atua na região com ventos de Leste (E) a Nordeste (NE), do Sistema de Correntes de Nordeste a Leste, oriundos das altas pressões subtropicais, ou seja, do anticiclone semifixo do Atlântico Sul, o que proporciona uma inversão térmica superior, sobre a qual sopram ventos descendentes, também de NE, ambos se dirigindo às baixas subpolares. Esta massa de ar tropical possui temperaturas relativamente elevadas, fornecidas pela intensa radiação solar das latitudes tropicais, além de forte umidade específica fornecida pela intensa evaporação marítima, que fica em geral limitada à camada superficial, o que lhe dá um caráter de homogeneidade e estabilidade e mantém o tempo estável e geralmente ensolarado (NIMER, 1989).

No que se refere à insolação - número de horas que a luz solar chega até a superfície terrestre sem interferência de nuvens, medida por um anteparo disposto horizontalmente à superfície - esta¹ varia muito durante o ano, apresentando queda lenta e gradual de janeiro a agosto, quando é possível observar uma queda brusca. A partir de setembro, mês que apresenta menor média – aproximadamente 145 horas -, há um aumento gradual da insolação até chegar a janeiro, quando alcança seu ápice, registrando média de aproximadamente 210 horas de insolação (Gráfico 5.1.3-7).

¹O Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) mensura os parâmetros de insolação e nebulosidade apenas para as capitais dos Estados da federação. Assim, os valores de referência usados neste estudo foram medidos na estação do município de Rio de Janeiro, localizada no Aterro do Flamengo.

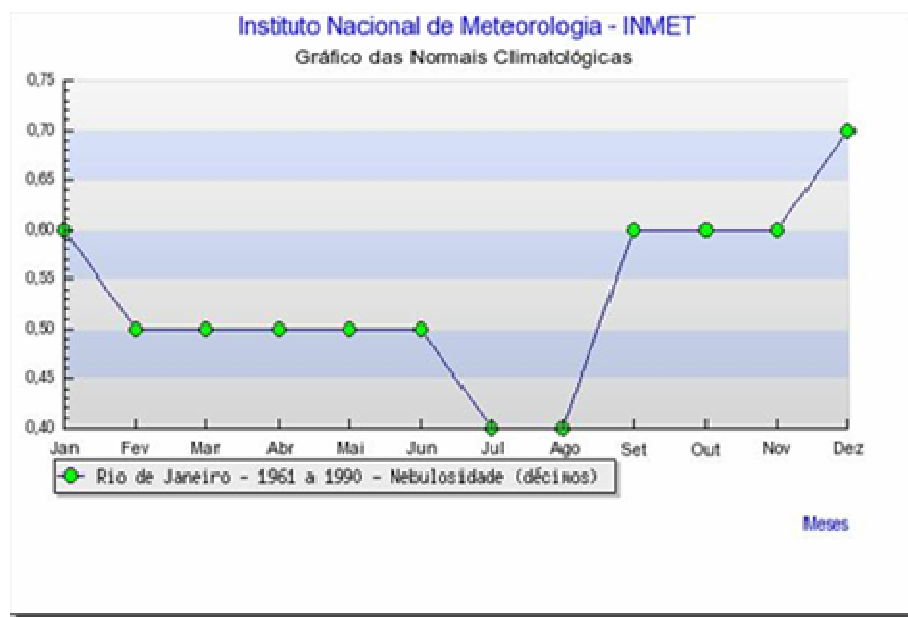
Gráfico 5.1.3-7: Insolação média do município do Rio de Janeiro (1961-1990).



Fonte: INMET, 2012.

A partir de dados de nebulosidade¹ disponibilizados pelo INMET de 1961 a 1990 do estado do Rio de Janeiro (Gráfico 5.1.3-8), é possível observar que os meses de setembro a janeiro apresentam os maiores índices de nebulosidade do ano, atingindo seu ápice no mês de dezembro, quando a nebulosidade atinge média de 0,70 décimos. A nebulosidade diminui gradativamente durante o mês de junho até chegar a julho. Nos meses de julho e agosto há os menores índices de nebulosidade do ano (aproximadamente 0,40 décimos). No mês de agosto, o índice de nebulosidade aumenta gradativamente, o que justifica o aumento significativo da nebulosidade a partir de setembro.

Gráfico 5.1.3-8 - Nebulosidade do Estado do Rio de Janeiro 1961-1990.



Fonte: INMET.

5.1.4 Recursos Hídricos

Conforme mencionado anteriormente, a área de vizinhança da OUC situa-se na porção leste da Baía de Guanabara, próxima à desembocadura desta com o Oceano Atlântico. De acordo com a divisão estadual em regiões hidrográficas (Deliberação N° 804, de 20/02/1986 da CECA – Comissão Estadual de Controle Ambiental), a mesma insere-se na Região Hidrográfica V - Baía de Guanabara, cujos componentes são as bacias contribuintes da Baía de Guanabara, que perfazem uma área total de 4.000km².

Apesar de a Região Metropolitana do Rio de Janeiro ser caracterizada por uma abundância de corpos hídricos, o mapeamento realizado pelo IBGE em escala 1:50.000, permitiu verificar que a área em estudo não apresenta nenhum corpo fluvial dentro de seus limites, como pode-se observar na Figura 5.1.4-1. Seu entorno, no entanto, é caracterizado pela presença de rios que deságuam na Baía de Guanabara. Esses rios são a fonte da poluição que assola há décadas o interior da Baía de Guanabara, pois carregam resíduos e efluentes eliminados no continente. Exercem, portanto, forte influência na qualidade das águas da região. Grandes quantidades de efluentes são despejados de forma inadequada ao longo de todo o entorno da Baía, alterando a balneabilidade das praias, fazendo com que as praias que compõem a Área de Vizinhança sejam classificadas como inadequadas para banho durante a maior parte do ano, como mostram os Quadros 5.1.4-1, 5.1.4-2, 5.1.4-3, 5.1.4-4, 5.1.4-5 e 5.1.4-6.

Quadro 5.1.4-1: Histórico dos Boletins Semanais das Praias da Área de Vizinhança
(1º Semestre de 2011)*.

Praias Monitoradas	Janeiro				Fevereiro				Março				Abril					Maio				Junho			
	7	14	19	28	4	11	18	25	4	11	18	25	1	8	15	20	29	6	13	20	27	3	10	17	22
Gragoatá																									
Boa Viagem																									
Flechas																									
Icaraí																									

Quadro 5.1.4-2: Histórico dos Boletins Semanais das Praias da Área de Vizinhança
(2º Semestre de 2011)*.

Praias Monitoradas	Julho					Agosto				Setembro					Outubro				Novembro				Dezembro				
	1	8	15	22	29	5	12	19	26	2	9	16	23	30	7	14	21	27	4	11	18	25	2	9	16	23	30
Gragoatá																											
Boa Viagem																											
Flechas																											
Icaraí																											

Quadro 5.1.4-3: Histórico dos Boletins Semanais das Praias da Área de Vizinhança
(1º Semestre de 2012)*.

Praias Monitoradas	Janeiro				Fevereiro				Março					Abril				Maio				Junho		
	6	13	19	27	3	10	17	24	2	9	16	23	30	4	13	20	27	4	11	18	25	1	6	15
Gragoatá																								
Boa Viagem																								
Flechas																								
Icaraí																								

Quadro 5.1.4-4: Histórico dos Boletins Semanais das Praias da Área de Vizinhança
(2º Semestre de 2012)*.

Praias Monitoradas	Julho					Agosto				Setembro				Outubro				Novembro				Dezembro				
	3	10	17	25	31	7	14	21	28	4	11	18	25	2	9	16	23	29	6	13	22	27	4	11	18	26
Gragoatá																										
Boa Viagem																										
Flechas																										
Icaraí																										

Quadro 5.1.4-5: Histórico dos Boletins Semanais das Praias da Área de Vizinhança
(1º Trimestre de 2013)*.

Praias	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
--------	---------	-----------	-------	-------	------	-------

Monitoradas	2	8	15	22	29	5	14	19	26	5	12	19	26	2	9	16	24	29	7	14	21	28	4	11	18	25
Gragoatá																										
Boa Viagem																										
Flechas																										
Icaraí																										

Quadro 5.1.4-6: Histórico dos Boletins Semanais das Praias da Área de Vizinhança
(2º Trimestre de 2013)*.

Praias Monitoradas	Julho					Agosto				Setembro				Outubro					Novembro			
	2	9	16	23	30	7	13	20	27	3	10	17	24	1	8	15	22	30	5	12	18	26
Gragoatá																						
Boa Viagem																						
Flechas																						
Icaraí																						

Legenda:

	Recomendada ao banho de mar
	Recomendada com restrições
	Não recomendada ao banho de mar

* Fonte: INEA

Figura 5.1.4-1 - Mapa de Recursos Hídricos da Área de Vizinhança e seu entorno.

5.2 Meio Biótico

Vegetação Original

A área de vizinhança está situada no domínio Mata Atlântica, caracterizada por duas zonas macroclimáticas, uma tropical e outra subtropical. A região apresenta temperaturas médias e precipitações elevadas durante todo o ano e, conseqüentemente, a formação de um diversificado conjunto de ecossistemas florestais com estruturas e composições florísticas bastantes distintos.

O Bioma Mata Atlântica originalmente estendia-se ao longo do litoral brasileiro do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, ocupando uma área de 1,3 milhões de km², cerca de 15% do território nacional (Fundação SOS Mata Atlântica & INPE, 2002). Com o processo de ocupação desordenada das terras e a exploração indevida de seus recursos naturais que se acelerou com a chegada dos colonizadores portugueses e, posteriormente, a cada novo ciclo econômico de desenvolvimento do país, houve uma drástica redução da cobertura vegetal original do bioma, hoje esparsamente distribuído no interior das regiões Sul e Sudeste e ao longo da costa brasileira (Figura 5.2-1).

Por este razão, segundo Mittermeier et. al (1998), a Mata Atlântica faz parte das 15 regiões identificadas mundialmente como *hotspot* – áreas com alta biodiversidade, altas taxas de endemismo e ao mesmo tempo com alta pressão antrópica. Ocupa, por isso, posição prioritária nos esforços para a sua conservação.

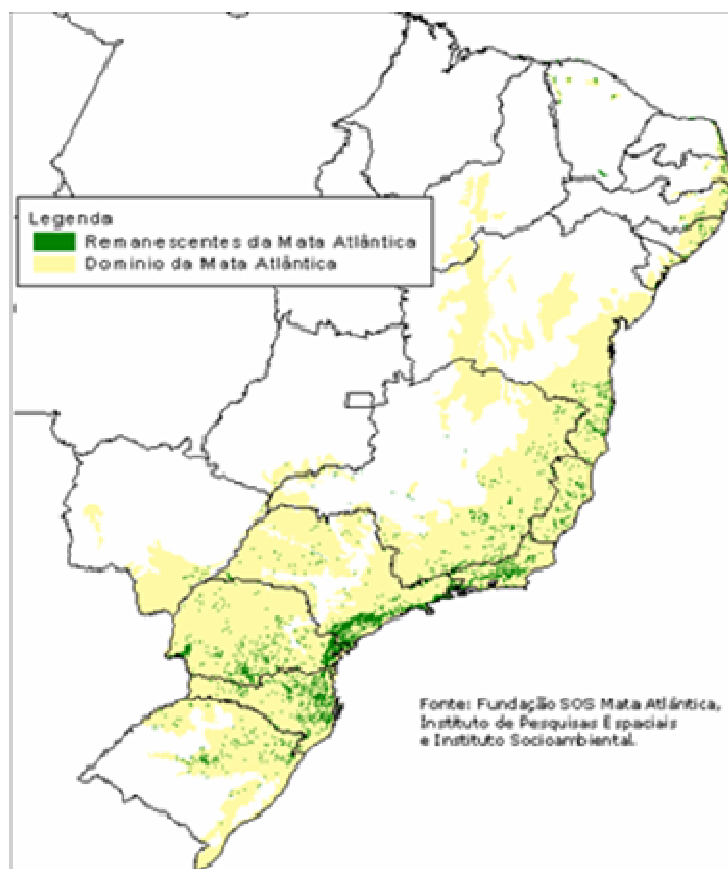


Figura 5.2-1: Domínio Mata Atlântica.

Fonte: SOS Mata Atlântica & INPE.

No Estado do Rio de Janeiro, a Mata Atlântica cobria, originalmente, 100% do território fluminense (Figura 5.2-1). Hoje, estima-se que cerca de 19% da sua superfície original esteja coberta por florestas. A degradação da floresta neste Estado se deu não só pela exploração de produtos florestais, mas principalmente para ceder espaço à expansão das fronteiras rurais e urbanas. Porém, no período de 2008-2010, o Estado do Rio de Janeiro foi um dos que menos devastou esse ecossistema, com o desflorestamento de 247 hectares, os quais representam 0,03% da sua área florestada, acompanhado pelos Estados do Mato Grosso do Sul e do Espírito Santo, conforme apresentado no Quadro 5.2-1. Por outro lado, o Estado de Minas Gerais foi o que mais desflorestou a Mata Atlântica por cerca de 0,45% de sua área florestada, equivalente a 12.467 hectares.

Quadro 5.2-1: Desflorestamento da Mata Atlântica ocorridos no período 2008-2010.

UF*	Área UF	Área Mata Atlântica	Floresta			Desflorestamento	
			2008	2010	%	ha	%
BA	56.557.948	18.875.099	1.612.060	1.604.334	8,50%	7.725	0,48%
ES	4.614.841	4.614.841	478.325	478.088	10,36%	237	0,05%
GO	34.127.082	1.051.422	49.702	49.381	4,70%	320	0,64%
MG	58.697.565	27.235.854	2.746.393	2.733.926	10,04%	12.467	0,45%
MS	36.193.583	6.366.586	360.238	360.121	5,66%	117	0,03%

PR	20.044.406	19.667.485	1.963.892	1.960.644	9,97%	3.248	0,17%
RJ	4.394.507	4.394.507	808.080	807.833	18,38%	247	0,03%
RS	28.403.078	13.759.380	1.028.347	1.026.483	7,46%	1.864	0,18%
SC	9.591.012	9.591.012	2.123.145	2.119.519	22,10%	3.626	0,17%
SP	24.873.203	16.918.918	2.439.322	2.438.808	14,41%	514	0,02%

Fonte: SOS Mata Atlântica & INPE.

Devido a essa grande devastação, sua área foi diminuída a pequenos fragmentos florestais colocando em risco a existência da diversidade biológica num dos biomas mais importantes e ameaçados do mundo.

Entretanto, apesar de reduzida e muito fragmentada, a Mata Atlântica ainda possui remanescentes florestais de extrema beleza e importância, os quais contribuem para que o Brasil seja considerado o país de maior diversidade biológica do planeta. Possui cerca de 20.000 espécies de plantas conhecidas, sendo que 40% são exclusivas deste bioma e 1.810 espécies de fauna, diversificando-se entre mamíferos, aves, répteis e anfíbios, sendo 389 endêmicas.

Vegetação Atual

A área de vizinhança está situada na região das Praias da Baía, no município de Niterói, e inserida na fitofisionomia da Floresta Ombrófila Densa (Figura 5.2-2). Esta é caracterizada por uma mata perenifólia (sempre verde) com precipitações bem distribuídas ao longo do ano, em torno de 1.500 mm, sem período seco, com grande variação fisionômica e florística, sobretudo em função das variações climáticas derivadas das diferenças altimétricas e de orientação das encostas.

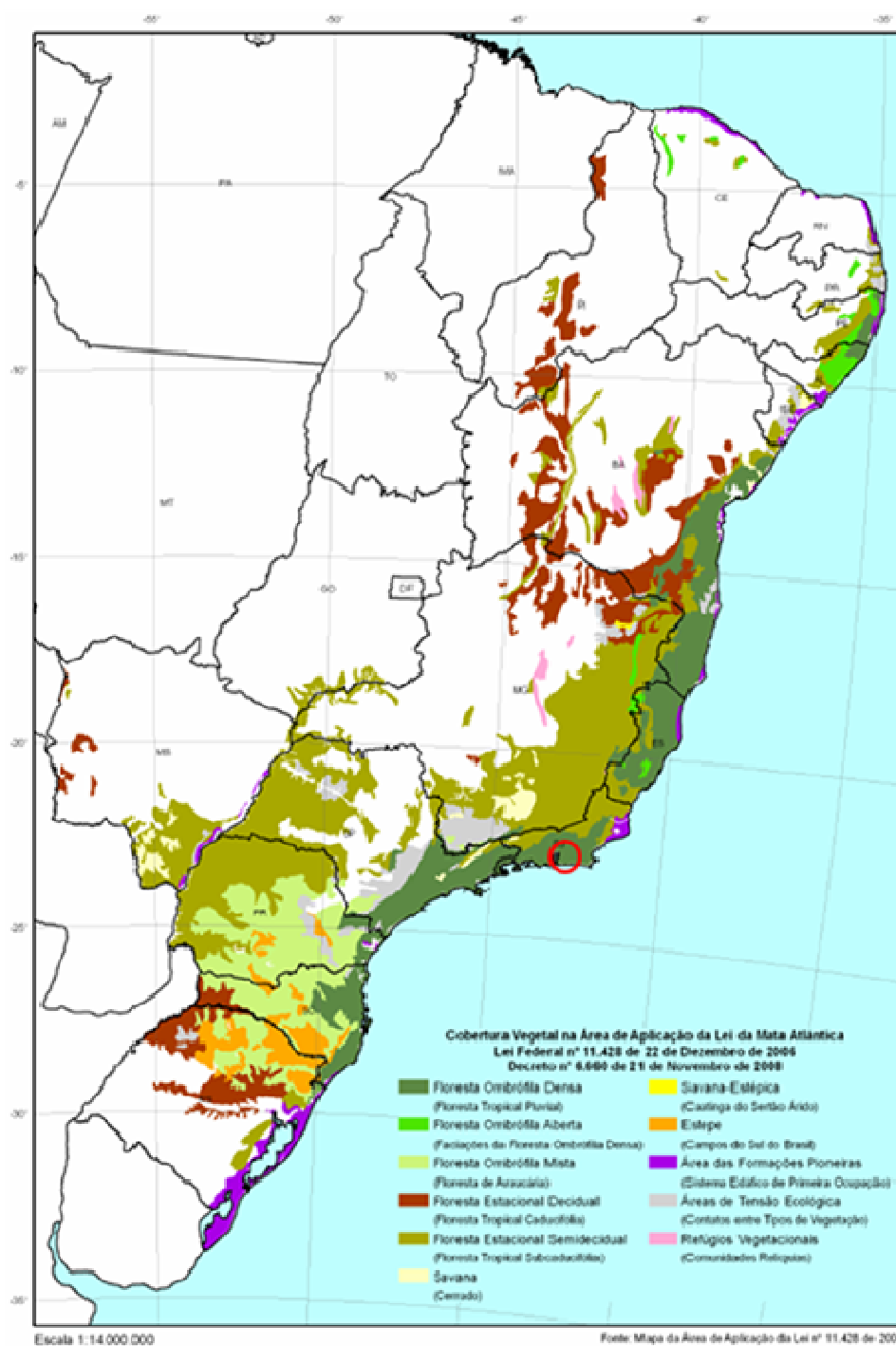


Figura 5.2-2: Extensão original das fitofisionomias do Bioma Mata Atlântica.

Fonte: SOS Mata Atlântica & INPE.

Esta fisionomia florestal presente na área de estudo está reduzida a raros e pequenos fragmentos muito degradados em sua composição florística, entremeados por campos antrópicos e, portanto, altamente vulneráveis a ações predatórias, como se verifica na Figura 5.2-3. A configuração atual da paisagem deve-se ao drástico desmatamento em função do intenso processo de uso e ocupação do solo favorecido por uma planície costeira pouco pronunciada, que não representa barreira natural à ocupação humana (Figura 5.2-4).



Figura 5.2-3: Área de Vizinhança altamente urbanizada.
Fonte: *Google Earth*, 2009.

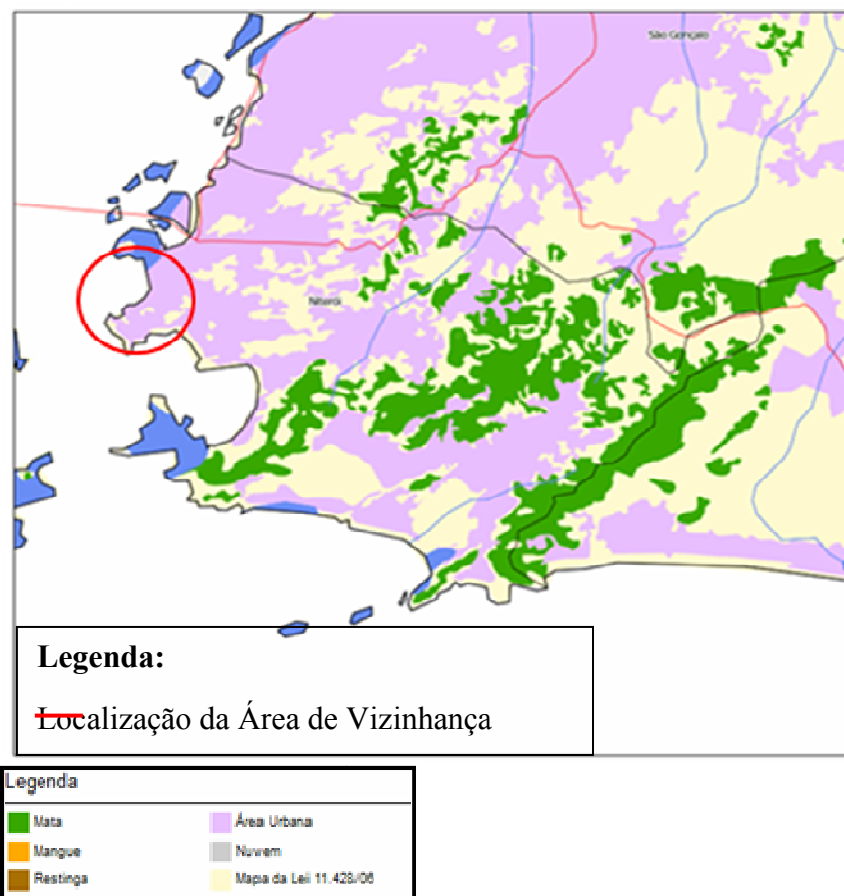


Figura 5.2-4: Cobertura Vegetal Atual – Município Niterói – mapeamento realizado na escala de 1:50.000 e informações do período de 2005 a 2008.

Fonte: SOS Mata Atlântica & INPE.

Assim, o processo de antropização na área de vizinhança acarretou na existência de uma mata secundária que se encontra sobre os morros, como por exemplo, o Morro da Armação, Morro do Gragoatá, Morro do Caniço e Morro do Arroz. Os outros ambientes naturais – restinga, mangue e brejo – foram praticamente dizimados; restam apenas poucos exemplares significativos. Este crescente avanço desordenado e irregular vem descaracterizando a paisagem e, conseqüentemente, afetando as condições ambientais do local.

Nas áreas urbanizadas é possível identificar espécies ruderais, isto é, plantas que durante o processo evolutivo adaptaram-se a ambientes humanos, ocupando beiras de calçadas, terrenos baldios e outros tipos de locais da ambiência urbana. Percebe-se uma alteração da paisagem na área, devido ao emprego de espécies exóticas na arborização pública e nos jardins das residências, como amendoeiras (*Terminaliacatappa*), flamboyants (*Delonix regia*), ipê-de-jardim (*Tecomastans*) e espierradeira (*Neriummoleander*), cujas sementes se propagam de diversas formas e colonizam a planície próxima (Figuras 5.2-5 e 5.2-6).



Figura 5.2-5: Espirradeira (*Neriumoleander*) na Rua São Pedro – Centro/Niterói.
Fonte: Trabalho de campo Maio/2012.



Figura 5.2-6: Ipê-de-jardim (*Tecomastans*) com interferência na fiação na Rua Coronel Gomes Machado - Centro/Niterói.
Fonte: Trabalho de campo/Maio 2012.

As áreas verdes urbanas são consideradas como o conjunto de espaços urbanos com o predomínio de cobertura vegetal, arbórea (nativa e introduzida), arbustiva ou rasteira (gramíneas) e que contribuem de modo significativo para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental na área de vizinhança (Figura 5.2-7).

Essas áreas verdes estão presentes em uma enorme variedade de formas: em áreas públicas, em áreas de preservação permanente (APP), nos canteiros centrais, nas praças, parques, florestas e unidades de conservação (UC) urbanas, nos jardins institucionais, e, por fim, nos terrenos públicos não edificadas. Como destaque da área de vizinhança são citados o Parque Municipal das Águas que ocupa 32 mil metros quadrados do morro da Detenção e abriga o maior reservatório de água da cidade (Figura 5.2-8) e a Área de Proteção Ambiental (APA) da Água Escondida criada pela Lei nº 2621 de 2008 que contempla uma área verde de cerca de 600 mil metros quadrados situada nos bairros de Fátima, São Lourenço, Fonseca, Cubango e Pé Pequeno, região centro/sul da cidade de Niterói.

Na Figura 5.2-9 são apresentas as 17 (dezessete) áreas ambientais levantadas para a área de vizinhança do meio biótico divididas em 6 (seis) categorias, que são: monumento natural, área de especial interesse ambiental (AIEA), área de preservação permanente (APP), zona de restrição a ocupação urbana (ZROU), Parque Urbano e Área de Proteção Ambiental (APA).



Figura 5.2-7: Praça São João – Centro/Niterói.

Fonte: Trabalho de campo Maio/2012.



Figura 5.2-8: Parque Municipal das Águas – Centro/Niterói.

Fonte: Trabalho de campo Maio/2012.

Figura 5.2-9 – Mapa das Áreas Ambientais

5.3 Meio Socioeconômico

5.3.1 Histórico de Ocupação de Niterói

A fundação da cidade de Niterói, assim como a da cidade do Rio de Janeiro, deve ser entendida no contexto de disputa territorial travada por europeus e indígenas pelo controle da Baía de Guanabara. Tal disputa é fruto de um complexo processo histórico de conquista da referida região, o que envolveu múltiplos interesses, conflitos, alianças e visões de mundo. O episódio que melhor evidencia este processo foi o estabelecimento e, posteriormente, a dissolução da França Antártica. Apoiados no descaso português em ocupar as terras brasileiras, os franceses constituíram, em 1555, um núcleo de ocupação no meio da Baía de Guanabara, na ilha de Villegagnon, atual Ilha do Governador. Para tal, valeram-se das inimizades e conflitos existentes entre os indígenas aqui fixados e fizeram dos índios Tamoios, grupo do tronco Tupi predominante na região, seus aliados. Frente a esta ameaça de perda de suas terras meridionais, os portugueses se viram obrigados a tomar uma atitude.

Buscando reaver o controle do território, os portugueses aliaram-se aos Temiminós – grupo indígena inimigo dos Tamoios também pertencente ao tronco Tupi –, liderados por Araribóia, com o objetivo de expulsar os franceses de suas terras. Amparados por seus aliados indígenas, os portugueses conseguiram derrotar os franceses e os Tamoios e, a fim de garantir a manutenção e o domínio da colônia, trataram de fundar a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1565.

Se o interesse em fundar a cidade do Rio de Janeiro só veio a partir da necessidade de expulsão dos franceses da Baía de Guanabara e de estabelecimento da soberania portuguesa na região, a criação da cidade de Niterói advém diretamente da vitória dos portugueses neste conflito. Aliados dos lusitanos, os Temiminós também se sagraram vitoriosos desta guerra, o que conferiu a Araribóia o direito de pedir para si e para os seus as terras que necessitassem e onde as houvesse devolutas. Assim, em 1568, as terras escolhidas por Araribóia do outro lado da Baía de Guanabara, na então chamada Banda d'Além, lhes foram concedidas por escritura pública e Carta de Sesmaria. Todavia, somente em 1573 é que Martim Afonso de Souza (nome cristão dado ao líder dos Temiminós) e sua gente tomaram posse judicial da sesmaria, dando origem a aldeia de São Lourenço dos Índios, o primeiro sítio do que viria a ser a cidade de Niterói.

Além do fato de ambas as cidades terem se originado de um mesmo episódio, podemos dizer que o Rio de Janeiro teve um papel fundamental no processo de desenvolvimento da cidade de Niterói. Após o estabelecimento da aldeia de São Lourenço, a distância da povoação maior, o Rio de Janeiro, fez com que a Banda d'Além permanecesse relegada a segundo plano e recebendo poucos investimentos. Ao longo de quase três séculos apenas alguns núcleos

litorâneos incipientes foram formados. Esta situação só se alterou em 1808 com a chegada da família Real.

Desde o estabelecimento da aldeia de São Lourenço dos Índios que deu início o processo de ocupação e expansão territorial de Niterói, a cidade atua como um espelho: apresenta um padrão de ocupação bastante similar ao do Rio de Janeiro. O centro está localizado próximo à entrada da Baía, a costa sul e os vales da zona norte foram ocupados pelas classes mais abastadas, enquanto que as margens pantanosas e o interior da baía foram deixados para as classes populares, para o porto e para as ocupações industriais.

Durante os três séculos que se seguiram ao estabelecimento da aldeia de São Lourenço dos Índios, viu-se apenas a formação de alguns núcleos como São Domingos, Praia Grande, São João de Icarai, São Sebastião de Itaipu e São Gonçalo, todos acessíveis por via marítima. Apenas em 1819, com a criação da Vila Real da Praia Grande, é que temos a formação de quatro freguesias: São João de Icarai, São Sebastião de Itaipu, São Lourenço dos Índios e São Gonçalo.

Em função da morte de D. Maria I, em 1816, D. João VI é convidado a passar uns dias na Banda d'Além. A ilustre presença de *El Rei*, assim como de outros membros da corte, contribui para o desenvolvimento e expansão da região que começou a receber obras de melhoria para atender o crescente fluxo de visitantes. Como consequência, em 1819, houve a emancipação da Vila Real da Praia Grande, pois a região deixou de se restringir apenas à aldeia de São Lourenço.

Com a constituição da Vila Real da Praia Grande e de suas freguesias, Niterói recebeu, em 1820, seu primeiro plano de arruamentos e, em 1828, foi instituída a primeira lei orgânica do município. Idealizado pelo arquiteto francês Arnaud Julien Pallière, o projeto compreendia as áreas da Praia Grande e São Domingos e propunha a implementação de uma malha ortogonal de ruas que receberiam um código de posturas determinando suas normas de ocupação e previa a construção de três praças, dentre elas o Largo de São João, primeiro centro cívico da cidade.

Daí em diante, Niterói vivenciaria um momento de grande expansão e valorização. Em 1834 foi criado o Município Neutro, constituído pela cidade do Rio de Janeiro, formalizando a separação desta, agora capital do Império, da província do Rio de Janeiro. Desta maneira, em 1835, a Vila Real da Praia Grande foi elevada à categoria de cidade e recebeu o nome de Nictheroy (água escondida em tupi-guarani) e o posto de capital da província do Rio de Janeiro. A condição de capital trouxe uma série de desenvolvimentos urbanos para a cidade que, em 1841, recebeu o título de Imperial Cidade.

Os sucessivos planos urbanos desde 1820 construíram e transformaram a cidade. Quando elevada a condição de Cidade, em 1835, Niterói compreendia a área desde o Valonguinho (atual Campus dos Institutos de Matemática, Odontologia e Administração da UFF) até o bairro da Ponta d'Areia. Já na década seguinte, o Plano de Melhoramentos do Ingá e São Domingos e o Plano da Cidade Nova Icarahy levaram à duplicação da área urbanizada. A cidade de Icarai era destinada às classes média e alta que se deslocavam dos bairros mais centrais, expandindo, assim, as possibilidades de atuação do capital imobiliário.

O desenvolvimento urbano da cidade de Niterói foi se consolidando com a implantação de aparatos de serviço como a barca a vapor (1835); a iluminação pública à base de óleo de baleia (1837) e, posteriormente, de lâmpões a gás (1847); o desenvolvimento de um sistema de abastecimento de água (1861); a criação da Companhia de Navegação de Nictheroy (1862); da Companhia de Ferro-Carril Nictheroyense que fornecia o transporte de bonde por tração animal; da Estrada de Ferro de Niterói (1872) e de bondes elétricos (1883). Desta forma, gradativamente a cidade viu sua malha urbana sendo tecida a fim de alcançar a modernização e o conjunto arquitetônico que caberia a uma capital.

Com a eclosão da Revolta da Armada, em 1893, a capital foi transferida para Petrópolis com o objetivo de interiorizar o poder político. Esta situação permaneceu até 1903 quando Niterói voltou a ser a capital do estado do Rio de Janeiro, condição conferida principalmente pela proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, mais importante centro urbano então. Esta posição manteve-se até 1975 quando houve a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. O período em que permaneceu como capital do estado foi de grande crescimento e de muitos investimentos que proveram à cidade uma ampla rede de equipamentos estaduais e federais, sobretudo na área da saúde.

Em 1890, Niterói viu sua área ser reduzida de 245,42 km² para 84 km² com a separação das freguesias de São Gonçalo, Nossa Senhora da Conceição de Cordeiro e São Sebastião de Itaipu. Essas áreas passaram a integrar o município de São Gonçalo. No entanto, apesar da redução do município, os investimentos não cessaram. Pelo contrário, aumentaram com a retomada de Niterói da condição de capital do estado do Rio de Janeiro em 1903. Neste momento, a cidade vivenciava uma nova rodada de investimentos e renovação urbana que teve início durante a gestão do primeiro prefeito de Niterói, Paulo Pereira Alves e que se seguiu com João Ferraz e Feliciano Sodré. De 1904 a 1914, estes foram responsáveis por grandes obras de remodelação urbana como a idealização e construção de uma imponente avenida entre a praia de Icarai e São Francisco destinada à implantação de centros de lazer e diversão, como hotéis, cassinos e parques esportivos na orla destes bairros. Data do período também a retificação da Alameda São Boaventura, em 1909; a idealização do porto de Niterói entre Ponta D'areia e o Mangue de São Lourenço; além da implantação de uma rede de saneamento que contemplava os bairros de Ponta D'areia, São Lourenço e Fonseca.

Outros melhoramentos urbanos também se destacaram nessa época, entre eles iluminação à gás (1904), inauguração da primeira linha de bondes elétricos ligando o Centro à Icarai (1906), alargamento da Rua da Conceição (1907), alargamento da Estrada Leopoldo Fróes (1909) e inauguração da rede central de esgotos (1912). Outras edificações também foram construídas representando esse novo momento como a Prefeitura no Largo do Pelourinho – Palácio

Araribóia (1904), a Câmara no Largo do Rocio, atual Jardim São João (1908), os correios e estação hidroviária - barcas (1908). Os parques e praças receberam nova urbanização como o Largo de São Domingos (1905), o Campo de São Bento (1910), Praça Araribóia (1911), Praça General Gomes Carneiro (Rink) – antigo Largo da Memória (1913), entre outros.

O projeto urbanístico para Niterói tinha forte influência da contemporânea reforma de Pereira Passos na cidade Rio de Janeiro, mas particularmente criava uma identidade própria à cidade. A principal concepção era a aproximação entre o centro comercial e o centro político. As obras com viés sanitário e os aterros da enseada começaram aproximadamente em 1917/18, prolongando-se por dez anos, quase duplicando a área urbana. Paralelamente às obras do aterro, ocorreu o desmonte hidráulico do Morro do Campo do Sujo e de pequena parte do Morro São Sebastião. O primeiro era a área de esgotamento sanitário do século XIX. Desta área emergiria o centro político da cidade, representado pela Praça da República e complexo de prédios, Escola Normal (Liceu Nilo Peçanha), Câmara Municipal, Secretaria de Segurança, Palácio da Justiça e Biblioteca Pública.

Durante o governo de Feliciano Sodré, foi implementada a urbanização da área portuária de *Nictheroy* com a construção do porto e o saneamento da área entre o cais e a antiga linha do litoral. Aterrou-se uma área de 357.000m², e construíram-se armazéns para serviços portuários. Houve ainda a consequente abertura da navegação de cabotagem. O traço urbano do aterro, radial-concêntrico (formando um leque, semicírculo) possuía ruas que convergiam para a praça central – Renascença, (onde existe a estação da "Leopoldina Railway", hoje Companhia Docas do Rio de Janeiro, inaugurada em 1930). O primeiro trecho do porto foi inaugurado em 1927, e o segundo em 1930.

A década de 1940 foi um período de modernização caracterizado como uma época de intensos investimentos urbanos. Algumas obras se destacaram neste momento, tais como o aterro da Praia Grande e a Avenida Ernani do Amaral Peixoto. O Plano de ocupação da Praia Grande constituiu no arruamento e parcelamento de aproximadamente 1.000.000m² de aterro sobre a faixa litorânea central entre a Ponta da Armação e a Praia das Flechas. O loteamento recebeu a denominação de Jardim Fluminense, correspondendo às áreas denominadas como Enseada da Praia Grande, Enseada de São Domingos e Morro do Gragoatá. A abertura da Avenida Ernani do Amaral Peixoto, em 1942, cortou o centro comercial da cidade. Para tanto, foram demolidos cerca de 230 prédios para a implantação de uma avenida de 1003 metros de extensão por 20 metros de largura da Praça Araribóia – Martim Afonso à Rua Marquês do Paraná.

Nas décadas de 1950 e 1960, o perfil da habitação da cidade foi alterado com o investimento do setor imobiliário em edifícios. Deu-se início a um forte processo de verticalização, majoritariamente na área central e nos bairros de Ingá e Icaraí, inspirado no modelo de Copacabana existente no Rio de Janeiro. Esse processo permitiu um maior adensamento populacional nas áreas verticalizadas. Por isso, algumas intervenções urbanas foram promovidas para atender à nova demanda, em especial na malha viária, como a retificação da Avenida Estácio de Sá, atual Avenida Roberto Silveira, efetuando a ligação Centro/Zona Sul (1948 – 1954), o túnel Icaraí - São Francisco e a construção da Avenida do Contorno (1960), ligando áreas portuárias e ferroviárias ao centro da Cidade de São Gonçalo. No final da década de 1960, tem início a construção da Ponte Presidente Costa e Silva – Ponte Rio – Niterói, que realiza a ligação viária com a cidade do Rio de Janeiro.

A construção da Ponte Rio – Niterói mudou a estruturação urbana de Niterói a partir de 1974. Houve um incremento dos investimentos públicos objetivando a expansão urbana para favorecer o mercado imobiliário, o que exigiu a adequação e ampliação da infraestrutura básica existente. Em 1970, a cidade tinha uma população de pouco mais de 324 mil habitantes e a área de vizinhança da OUC continha 121 mil moradores. Durante a década de 1970, o crescimento populacional anual da cidade foi de 2% e da área de vizinhança 2,26% a.a, vide Quadro 5.3.1-1.

A Ponte Rio-Niterói intensificou a expansão imobiliária nas áreas centrais em bairros litorâneos consolidados, como Icaraí Santa Rosa, além de redirecionar a ocupação para áreas expansivas da cidade. Entretanto, esse foi um período de perdas econômicas e políticas para cidade, que foi substituída pelo Rio de Janeiro na condição de capital do estado com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975. A fusão trouxe o inevitável esvaziamento econômico da cidade, somado ainda à crise da indústria naval. Niterói assumiu, a partir de então, um perfil mais residencial, atrativo para trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro por conta da acessibilidade fornecida pela nova ponte. Isto faz com que o deslocamento diário terrestre ou por balsas seja intenso até os dias atuais.

Com uma economia pautada no mercado imobiliário, sucessivos planos urbanos para atender a demanda existente foram elaborados e implementados, executando algumas obras como o túnel Raul Veiga (São Francisco - Icaraí), a abertura e pavimentação da Avenida Litorânea entre o Gragoatá e Boa Viagem, a promoção de parte do Plano de Complementação Urbana – o Projeto Cura (1977) que construiu os terminais rodoviários urbanos e executou o plano de Recuperação do Centro Comercial de Niterói (1979). Em 1977, a parte sul do Aterro da Praia Grande foi desapropriada pelo Governo Federal para a construção do Campus da Universidade Federal Fluminense– UFF, onde se abrigam várias faculdades nos Campus do Gragoatá e da Praia Vermelha.

Quadro 5.3.1-1: População da Área de Vizinhança (1970-2010).

Bairros e Município	Anos				
	1970	1980	1991	2000	2010
Boa Viagem	671	1.773	2.014	2.104	2.088
Centro	22.729	22.528	21.632	18.487	19.349
Fátima	2.036	2.744	3.867	3.767	4.004
Gragoatá	390	530	193	220	127
Icaraí	39.940	61.843	62.494	75.127	78.715
Ilha da Conceição	4.658	5.639	5.990	6.438	5.766
Ingá	9.656	13.669	15.496	16.592	17.220
Morro do Estado	4.013	8.249	3.533	3.811	4.073
Pé Pequeno	3.862	3.358	3.283	3.841	4.112
Ponta D'Areia	6.763	6.760	6.942	7.162	6.937
Santana	8.558	9.543	9.506	8.813	7.720
São Domingos	4.820	4.609	5.281	4.619	4.727
São Lourenço	13.301	10.489	9.441	8.209	9.685
Total	121.397	151.734	149.672	159.190	164.523
Niterói	324.246	397.135	436.155	459.451	487.562

Fonte: IBGE.

Na década de 1980, a área central sofreu algumas alterações com a instalação do Parque Central da Cidade e uma Vila Olímpica, um parque de estacionamento, terminais rodoviários e um estacionamento de veículos automotores no espaço onde hoje se encontra o Caminho Niemayer. No fim desta década, os governos niteroienses adicionaram a política de preservação do centro histórico à sua legislação municipal, que, inicialmente, resultou no tombamento de monumentos pelos órgãos de proteção do patrimônio. Posteriormente, passou-se a preservar ambientes completos com a proteção do patrimônio cultural, que veio a ser efetivamente consolidada no Plano Diretor de 1992, quando foram então criadas as Áreas de Preservação do Ambiente Urbano - APAUs. No ano de 1995, foram criadas três APAUs: Ponta d'Areia, Centro e São Domingos/Gragoatá/Boa Viagem.

De modo geral, os bairros de ocupação mais antiga no centro da cidade sofreram, a partir da década de 1970, um processo de degradação e abandono pelo Poder Público, que resultou em um crescimento baixo ou até mesmo no decréscimo da população. A classe média e alta, que antes ocupava essa área, se mudou para as áreas litorâneas, a partir de Boa Viagem, em direção a Icaraí e às Praias Oceânicas, sendo a área central deixada a uma população de menor poder aquisitivo.

A década de 1990 foi caracterizada pela elaboração do Plano Diretor da cidade. Posteriormente, várias leis foram delineadas, como a de Uso e Ocupação do Solo (1995) e o Plano Urbanístico (Praias da Baía - 1995). O projeto de requalificação do centro englobou várias medidas urbanísticas como: a ampliação da Avenida Visconde de Rio Branco; a construção do Terminal Rodoviário João Goulart, a concepção do Caminho Niemeyer; a construção do Museu de Arte Contemporânea – MAC (1998); as restaurações do Teatro Municipal João Caetano (1994), do Palácio Araribóia, e do Solar do Jambeiro.

Hoje, a cidade continua com uma distribuição sócioespacial no tecido urbano muito similar àquela existente nas duas décadas anteriores. O centro continua ocupado por uma população pobre e de classe média baixa, enquanto as áreas litorâneas e das Praias Oceânicas estão destinadas a uma população de maior poder aquisitivo. A economia da cidade é basicamente sustentada pelo setor terciário de comércio e serviços, principalmente para atender a demanda da população residente e de alguns municípios vizinhos. Muitos moradores trabalham na cidade do Rio de Janeiro e se deslocam diariamente pela Ponte Rio-Niterói ou por meio das Barcas. A área do município encontra-se densamente ocupada por residências, havendo atualmente sérios problemas de circulação e habitação. No entanto, o ritmo de crescimento da cidade e da área de vizinhança da OUC vem caindo desde 1980, chegando em alguns bairros a índices negativos. Niterói possuía, em 2010, um contingente populacional de 487,5 mil habitantes com uma boa qualidade de vida, apresentando um dos mais elevados Índice de Desenvolvimento Humano do país.

Segundo a Figura 5.3.1-1, dos mais de 164 mil moradores da área de vizinhança da OUC, quase a metade reside no bairro de Icaraí (47,8%), 11,8% ocupa o bairro Centro e 10,5% o Ingá. Na Área de Vizinhança há ainda comunidades carentes que ocupam, em sua maior parte, áreas de morros. Em alguns casos, as moradias irregulares são classificadas como de alto risco de vida devido à alta declividade e pouca contenção das encostas.

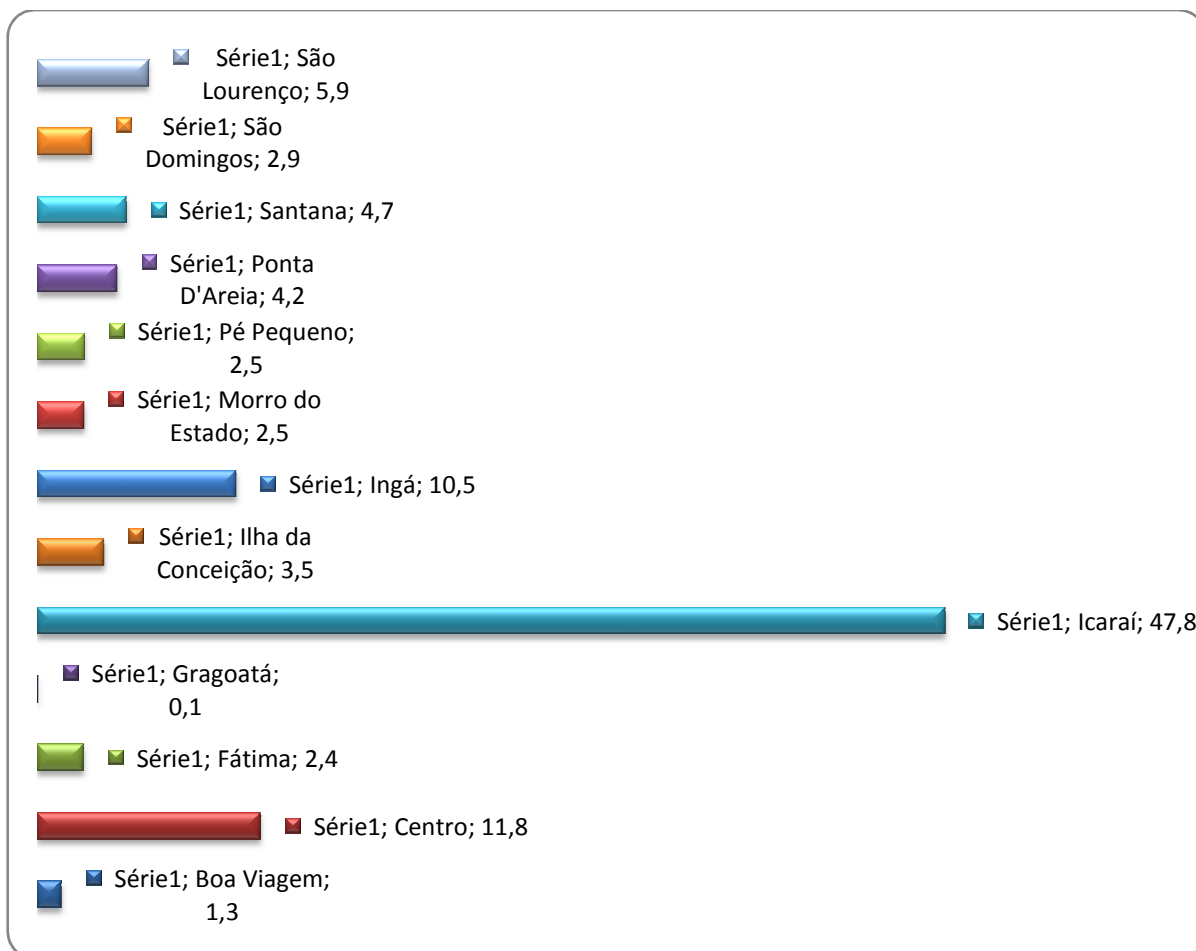


Figura 5.3.1-1: Distribuição da População na Área de Vizinhança (2010)

Fonte: IBGE e Cálculo da Consultora.

A área onde se propõe executar a OUC é composta por diferentes características sociais e de uso do solo. Nos bairros de São Domingos, Centro e Ponta D' Areia encontram-se as áreas de ocupação antiga, com grande número de edifícios históricos, mas com alto nível de degradação dos bairros. Nestes bairros também se localiza grande parte dos estabelecimentos de comércio e serviços da área de estudo e os principais pontos nodais para o transporte público como o terminal de ônibus, a rodoviária e as barcas, assim como as vias de grande circulação ligando o centro às Praias Oceânicas, à Ponte Rio-Niterói e ao município de São Gonçalo. Em decorrência da grande concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços de vários ramos, observa-se nesses bairros uma grande circulação de pessoas e veículos durante os dias úteis e, em particular, durante o período diurno. Trata-se do principal centro comercial e de serviços da cidade, que atende não só os niteroienses, mas, do mesmo modo, os moradores dos municípios vizinhos. Existem também casas e pequenos edifícios destinados à moradia, inclusive cortiços, mas são residências pouco valorizadas pelo mercado imobiliário. Essa área abriga também o Porto de Niterói que tem baixa circulação de navios,

mas ainda funciona ativamente como estaleiro, principalmente a partir do crescimento do setor naval ocorrido na última década. Esses tipos de usos ligados ao setor comercial atacadista e, principalmente, às funções de transporte e circulação, incluindo o porto, acabam desvalorizando as residências ali existentes.

Fora desta área central, os bairros do entorno detêm um perfil mais residencial, de classe média e média alta. Bairros como Fátima, Pé Pequeno e São Lourenço possuem uma estrutura de habitação de casas de classe média e média baixa, enquanto Santana e Ilha da Conceição apresentam um perfil um pouco mais humilde, com casas mais modestas de classe média baixa. Bairros como Ingá, Gragoatá e Boa Viagem são mais valorizados pelo mercado imobiliário e, por isso, lá reside uma população de maior poder aquisitivo, assim como em Icaraí. Nessas localidades, há um predomínio de edifícios grandes, mas ainda existem resquícios de casas no interior desses bairros. Todos esses bairros apresentam pequenos comércios e serviços para atendimento dos moradores próximos.

A locomoção no interior dos bairros e entre os bairros é extremamente problemática e apresenta muitos gargalos, responsáveis por engarrafamentos diários. O sistema de transporte público é restrito aos ônibus coletivos; não há outras alternativas, apenas alguns serviços de vans legalizadas ou ilegais. Muitos desses bairros ainda absorvem o fluxo da cidade e dos municípios vizinhos em direção ao Rio de Janeiro, potencializando o problema do trânsito e do barulho.

5.3.2 Patrimônio Cultural

As primeiras levas humanas que se instalaram na Baía de Guanabara inauguraram na região um estilo de vida voltado para exploração de recursos litorâneos que perdurou até cerca de 1.000 anos atrás. Estas comunidades de caçadores e pescadores deixaram como testemunhos de suas atividades sítios genericamente conhecidos como sambaquis² caracterizados tradicionalmente pelo grande acúmulo de conchas. Tais sítios representavam o espaço central do cotidiano desses grupos. Era no sambaqui que moravam, que se alimentavam e que sepultavam seus mortos.

Embora as características acima descritas tenham perdurado no litoral do estado do Rio de Janeiro até o desaparecimento dos sambaquis, por volta de 3.000 A.P.³, alguns grupos começaram a desenvolver novas estratégias de subsistência, incluindo-se a prática de horticultura.

Da mesma forma, por volta de 2.300 A.P. as dunas da região de Itaipu começaram a ser habitadas, ampliando os nichos ecológicos possíveis de serem ocupados pelos descendentes dos primeiros caçadores/coletores e pescadores que se instalaram na região.

Por volta do ano 1.000 de nossa era, grandes levas de grupos ceramistas passam a ocupar o litoral do Rio de Janeiro, em sua maioria pertencente à Tradição⁴ arqueológica Tupiguarani⁵, provavelmente ancestrais dos grupos Tupinambá aqui encontrados a época da colonização européia.

Têm-se então, na pré-história fluminense, dois grandes momentos ocupacionais: o primeiro, caracterizado por populações sem cerâmica, construtoras de sambaquis, dentre as quais, algumas desenvolveram particularidades nas estratégias de subsistência e ou habitação; e o segundo, caracterizado por grupos ceramistas e horticultores linguisticamente próximos entre si, cuja ocupação teria perdurado o suficiente para testemunhar a colonização européia nestas terras.

A heterogeneidade da área de estudo fornece um panorama bastante peculiar do potencial arqueológico pré-histórico. A escassez de sítios do tipo sambaqui registrados na área deve-se, em parte, às oscilações do nível do mar. Deve-se especialmente ao início da provável ocupação da área,

² Sambaqui – “ Sítio testemunho de bandos recoletores e pescadores do litoral. Apresenta-se como uma pequena colina arredondada, constituída quase que exclusivamente por carapaças de moluscos. Os sambaquis podem chegar a 30m de altura e provavelmente filiam-se a várias fases, ainda que indubitavelmente constituam uma única tradição. – Sítio arqueológico cuja a composição seja predominante de conchas (PRONAPA, 76). A origem da palavra é Tupi- guarani: tambá, monte e qui, conchas. “MENDONÇA DE SOUZA,1997:115

³ Antes do Presente.

⁴ Tradição “ Uma sequência de estilos ou de culturas que se desenvolvem no tempo, partindo uns dos outros, e formam uma continuidade cronológica. “MENDONÇA DE SOUZA, 1997:124.

⁵ A origem dos grupos Tupis é ainda controversa, o modelo tradicional sugere uma origem comum para Tupinambá e Guarani, tendo estes se separado na bacia Paraná-Paraguai e os primeiros iniciados um movimento migratório litorâneo em direção ao norte. Um modelo alternativo vem sendo proposto com base em alguns dados arqueológicos, sugerindo uma origem comum para ambos os grupos na Amazônia. De lá os “proto ?Guarani” ter-se-iam deslocado para o sul pelo Madeira-Guaporé até o rio Paraguai e os “proto Tupinambá” teriam acompanhado o curso do Amazonas até sua foz, posteriormente expandindo-se pelo litoral em direção sul a partir de 700-900 d.c.

quando o mar estaria cerca de 20m abaixo do nível atual, sugerindo que boa parte dos vestígios de ocupação esteja submersa, ou parte pelas sistemáticas destruições de sambaquis em tempos históricos para o fabrico da cal e para a pavimentação de estradas e aterros, conforme relata SALLES CUNHA⁶ e, por fim, pelo próprio processo de ocupação da região.

Numa área com vastas porções de terras alagáveis (boa parte da área que circunscreve a baía e mesmo a porção que viria a ser a futura cidade do Rio de Janeiro era coberta por mangue e entremeada por lagoas), as zonas de terra seca outrora ocupadas por populações sambaquieiras, certamente foram as preferidas dos povos indígenas posteriores e finalmente do colonizador europeu. Não é impossível, portanto, que remanescentes dos primeiros ocupantes da área encontrem-se ainda obscurecidos e ocultos sob séculos de construções e reconstruções na região de Niterói.

Na porção central de Niterói, porém, embora esta tenha sofrido com o processo contínuo de urbanização e se encontre em situação semelhante à do Rio de Janeiro, boa parte da faixa litorânea do município (Quadro 5.3.2-1) a ocupação ocorreu com menor intensidade, o que certamente favoreceu a preservação das evidências pré-históricas cadastradas. Tais evidências remetem a sítios do tipo sambaqui, cerâmico e lítico e demonstram o alto potencial da área no que diz respeito aos sítios pré-históricos.

Os sambaquis citados no parágrafo anterior encontram-se inseridos em um contexto muito maior e alvo de diversas discussões acadêmicas, acalentadas pela presença de outros sítios arqueológicos desse mesmo tipo por todo contorno da Baía de Guanabara, levando a acreditar que possa ter existido uma espécie de corrente “migratória”, das populações que ocupavam essa região. Tal ideia pode ser defendida com base na informação de que os sambaquieiros eram grupos de coletores de moluscos com características seminômades.

O aparecimento de sambaquis no percurso entre a região oceânica de Niterói (Itaipu e Camboinhas) e as terras localizadas ao fundo da baía de Guanabara (Magé e Guapimirim) vem complementar a teoria de movimentos migratórios desses grupos, que poderiam ocorrer por busca de áreas mais ricas em alimentos ou por conflitos com outros grupos (Figura 5.3.2-1).

⁶SALLES CUNHA, 1965: 3-70.

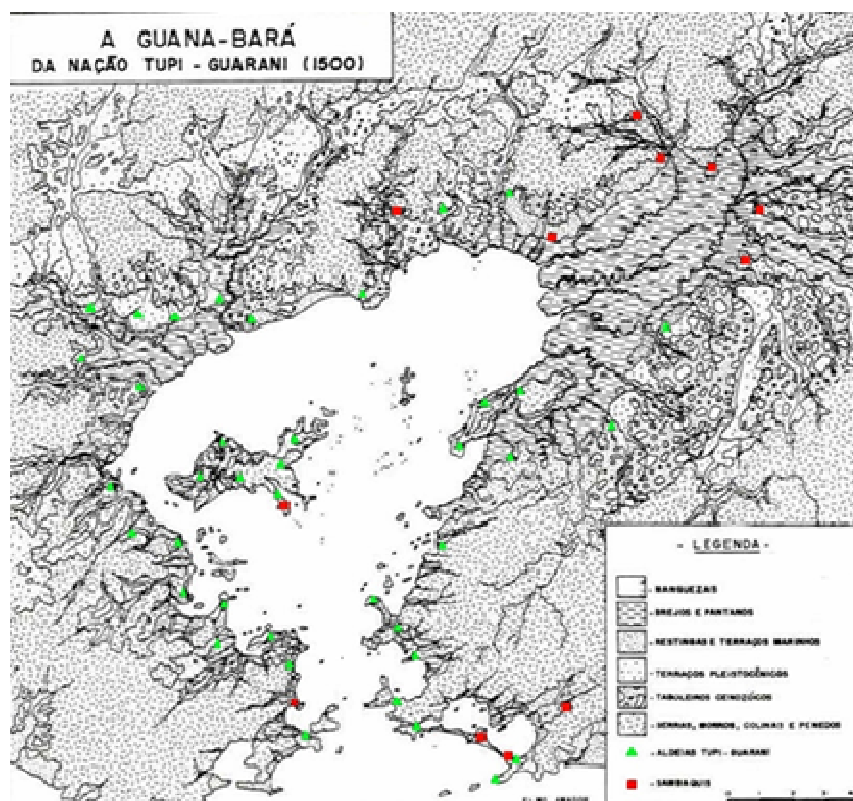


Figura 5.3.2.-1 – Baía de Guanabara situando aldeamentos indígenas e sambaquis (retirado de ABREU, 1992:205).

Quadro 5.3.2-1 - Sítios arqueológicos do município de Niterói.

Nome do Sítio	Localização	Vestígios
Aldeia Tupi do Saco de São Francisco	Perímetro urbano, no Saco de São Francisco	Cerâmica, urnas, ossos humanos, moedas e artefatos europeus, lascas e artefatos de quartzo, restos de fogueiras
Gruta de Imbaúba	No terceiro platô do Morro da Viração	-
Sambaqui da Ilha do Cafubá	-	Lítico lascado e lítico polido
Sambaqui do Cafubá	-	Lítico lascado
Sambaqui São Lourenço	Travessa Araribóia	-
Sítio Arqueológico de Duna Pequena	-	Lítico lascado
Sítio Arqueológico de Itaipu	Praia de Itaipu	Artefatos líticos, enterramentos, artefatos sobre osso, conchas perfuradas, cerâmica
Sítio de Camboinhas	Próximo à Lagoa de Itaipu na praia de Camboinhas	Artefatos de ossos, conchas

Nome do Sítio	Localização	Vestígios
Horto Florestal	Nos fundos do Horto Florestal	Lascas de quartzo, ossos humanos desarticulados e conchas
Chácara do Vintém	Local de mesmo nome, atrás do Hospital Antônio Pedro	conchas
Boa Vista	Morro da Boa Vista	Conchas e cerâmica

Fonte: Cadastro de Sítios Arqueológicos – IPHAN; Arquivo do INEPAC; Levantamento dos dados documentais dos sítios arqueológicos do Estado do Rio de Janeiro.

Nota: Protegidos pela Lei Federal 3.924/61.

Se a pré-história da região ainda está para ser detalhada, o processo ocupacional a partir dos primeiros contatos entre indígenas e europeus é razoavelmente conhecido. Embora se possa até o momento apenas postular a extensão da ocupação pré-histórica, relatos de cronistas e viajantes nos fornecem um quadro mais apurado da ocupação indígena em época histórica. Grandes aldeias espalhavam-se ao redor da Baía e nas ilhas, muitas em áreas que seriam cobiçadas pelos colonizadores.

Quanto ao patrimônio histórico, o município de Niterói apresenta uma grande preocupação com a proteção e preservação do seu patrimônio e da sua paisagem, sendo exemplo o Caminho Niemeyer.

A região estudada engloba Áreas de Preservação do Ambiente Urbano, onde estão incluídas as localidades de Ponta d'Areia, Centro, São Domingos, Gragoatá e Boa Viagem (Quadro 5.3.2-2).

Quadro 5.3.2-2– Área de Preservação do Ambiente Urbano (APAU) do Município de Niterói.

Área	Decreto/Lei
Ponta D'Areia	Lei 1.451/95 de 23/11/95
Centro	Lei 1.451/95 de 23/11/95
São Domingos / Gragoatá/ Boa Viagem	Lei 1.451/95 de 23/11/95

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Niterói, RJ

Na área de vizinhança, foram identificados bens tombados, nas instâncias federal, estadual e municipal (Figuras 5.3.2-2 e 5.3.2-3). Sendo estes distribuídos entre os bairros de Gragoatá, São Domingos, Boa Viagem e além de toda a área central do município de Niterói, onde há uma maior concentração de bens tombados. Além destes, existem muitos monumentos que não estão oficialmente protegidos, mas que possuem grande importância histórica e arquitetônica, como é o caso das construções do início do século XX em Ponta d'Areia.

Centro, Ponta d'Areia e São Lourenço



Figura 5.3.2-2 – Imagem com os bens tombados em Niterói. Regiões do Centro, Ponta d'Areia e São Lourenço.

Boa Viagem, Gragoatá e São Domingos



Figura 5.3.2-3 – Imagem com os bens tombados em Niterói. Regiões de Boa Viagem, Gragoatá e São Domingos.

No Quadro 5.3.2-3 são discriminados os bens relacionados aos bairros estudados e os encontrados na Área de Vizinhança.

Quadro 5.3.2-3 - Bens tombados – Município de Niterói.
 Bairros: Centro, Gragoatá, São Domingos, São Lourenço e Ponta da Areia.

Patrimônio	Endereço	Esfera	Período	Obs.:
Agência Central dos Correios e Telégrafos de Niterói	Rua Visconde do Rio Branco, 481-Centro	E/M	1913	-
Palácio São Domingos	Av. Marechal Deodoro, 30 – Centro	E	-	Antigo Palacete São Domingos
Antiga Sede do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	Av. Jansen de Mello, 3 São Lourenço	M	1929	Área de entorno o passeio ao longo de sua fachada
Casa do Estudante Fluminense	Rua Professor Ernani de Melo, 2 - São Domingo	M	-	-
Terminal Rodoviário Roberto Silveira	Praça Fonseca Ramos – Av Feliciano Sodré s/nº	M	-	-
Forte de Gragoatá	Gragoatá	F	Século XVII	-
Castelinho do Gragoatá	Cel. Tamarindo, 31	M	Século XX – década de 30	-
Reservatório da Correção	Rua Coronel Gomes Machado, 385	E	-	-
Palácio Araribóia	Rua da Conceição, 100	M	-	Prefeitura Velha
Igreja de São Domingo de Gusmão	Rua Alexandre Moura, 29	M	-	-
Baleeiro Alpha - embarcação	Rua Coronel Tamarindo, 69	M	-	-
Busto de D. Pedro II	Praça Leoni Ramos – São Domingos	M	-	-
Casa da Criança	Rua José Bonifácio, 56	M	1880	-
Centro de Estimulação Precoce	Rua General Osório, 59	M	Século XIX - final	-
Imóvel	Rua Alexandre Moura, 1,3,5	M	-	-
Imóvel	Rua Alexandre Moura, 7	M	-	Restaurante Vila Real
Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Rua da Conceição, 216	M	Meados do século XVII	-
Seminário São José	Rua Genserico Ribeiro	M	1844	-
Antigo abrigo de bondes da Cantereira e Viação Fluminense	Rua São João, 383	M	1871	-
Cortiço	Rua Barão de Mauá, 322	M	Meados do século XIX	-
Imóvel	Rua Barão de Mauá, 296	M	Início do século XX	-

Patrimônio	Endereço	Esfera	Período	Obs.:
Igreja Nossa Senhora de Fátima	Rua Barão de Mauá, 274	M	Meados do século XIX	-
Paço Municipal de Niterói	Rua Visconde de Uruguai, 414	E	1914	Atual Secretaria Municipal de Educação
Chalé e Casarão da WesternTelegraph	Rua Passos da Pátria, 156	M	-	Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF
Câmara Municipal, Fórum e Biblioteca Estadual	Av. Ernani do Amaral Peixoto – Praça da República	E	-	-
Monumento à República	Praça da República - Centro	E	-	Palácio do Ingá
“NotreRêve” (Solar Norival de Freitas)	Rua Maestro Felício Toledo, 474	E	-	-
Imóvel	Rua Coronel Tamarindo, 67	E/M	-	-
Praça da República	Praça da República - Centro	E	-	-
Portal da Cantaria	Praça Leoni Ramos	M	Final do século XIX	-
Conservatório de Música de Niterói	Rua São Pedro, 96	M	-	-
Loja Maçônica Acácia	Rua Prof. Hernani de Mello, 60	M	Final do século XIX	-
Instituto de Artes e Comunicação Social	Rua Prof. Lara Vilela, 126	M	Século XIX	-
Prédio e seu parque arborizado	Rua Presidente Domiciano, 195	F	-	-
Edifício-Sede do Museu Antônio Parreiras	Rua Tiradentes, 47	F	-	-
Acervo arquitetônico e paisagístico da Ilha de Boa Viagem	Praia da Boa Viagem - Icaraí	F	-	-
Igreja São Lourenço dos Índios	Praça General Rondon, s/nº - São Lourenço	F/M	-	-
Solar do Jambeiro	São Domingos	F	-	-
Corpo de Bombeiros	Rua Marquês de Paraná, 134 - Centro	M	-	-
Casa da Quina	Rua Coronel Tamarindo, 67 - Gragoatá	E/M	-	-
CRACEF	Rua General Osório, 59	M	-	-
Teatro Municipal João Caetano	Rua XV de Novembro, nº.35 - Centro	E	-	-
Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF	Rua Passo da Pátria, 156 - São Domingos	E/M	-	-
UMEI Alberto de Oliveira	Rua Evaristo da Veiga, 108 - Centro	M	-	-

Fonte: Arquivo do INEPAC – Instituto Estadual de Patrimônio Cultural; Arquivo do DEPAC.

A área estudada possui alta relevância histórica e arqueológica. O Centro de Niterói passou por alterações e mudança em diversos momentos. Permitiu-se, dessa maneira, que hoje haja vestígios de todos esses processos de crescimento que envolveram a cidade e isso fica evidente quando se observa a quantidade de bens culturais, alguns tombados e outros não, sendo boa parte localizada no Centro da cidade.

Os próprios traçados da cidade fazem parte de um plano urbano antigo, quando, na gestão do Prefeito João Pereira Ferraz (1906/1910) foi estabelecido um audacioso projeto de urbanização e embelezamento de Niterói no qual se incluíram a pavimentação e retificação da Alameda São Boaventura (1909), Avenida da Praia de Icaraí, construção do cais e do Jardim do Gragoatá, edificação da primeira sede da Prefeitura chamada de Palácio Araribóia (Figura 5.3.2-4) e a urbanização do Campo de São Bento, (denominado Parque Prefeito Ferraz em sua homenagem).



Figura 5.3.2-4 – Palácio de Araribóia, antiga prefeitura de Niterói.

Feliciano Pires de Abreu Sodré deu prosseguimento à obra remodeladora de Pereira Ferraz. Em 1911, o Porto de Niterói começou a ser idealizado entre a Ponta D'Areia e o Porto do Méier, região da Enseada de São Lourenço (ou Mangue de São Lourenço). Essa região foi outrora ocupada por manguezais, que a partir dos séculos XVIII e XIX, começou a sofrer progressivo processo de assoreamento, tornando-se o vazadouro de lixo da cidade, insalubre, uma *"ferida cancerosa aberta em*

pleno coração da cidade”⁷. Em 1913, oficializou-se por decreto a construção do Porto de Niterói, aos moldes do Porto do Rio de Janeiro. A cidade aos poucos se desenvolvia sob a administração de Feliciano Sodré, que implantou uma rede de saneamento, beneficiando São Lourenço, Fonseca e Ponta D'Areia.

Sobre a atual Praça da República, centro cívico de Niterói, WEHRS cita que:

“Feliciano desmontou grande parte do morro situado à esquerda da Rua Dr. Celestino e, com o material retirado, aterrou o antigo Campo Sujo, onde surgiram novas ruas e a Praça Dom Pedro II (a atual Praça Dom Pedro II, o velho Largo de S. João, denominava-se então Praça da República).”⁸

O Campo Sujo (Figura 5.3.2-5), antes da reforma feita por Sodré, se tratava de uma área de descarte de esgoto e dejetos pelos escravos, conhecidos como Tigres.

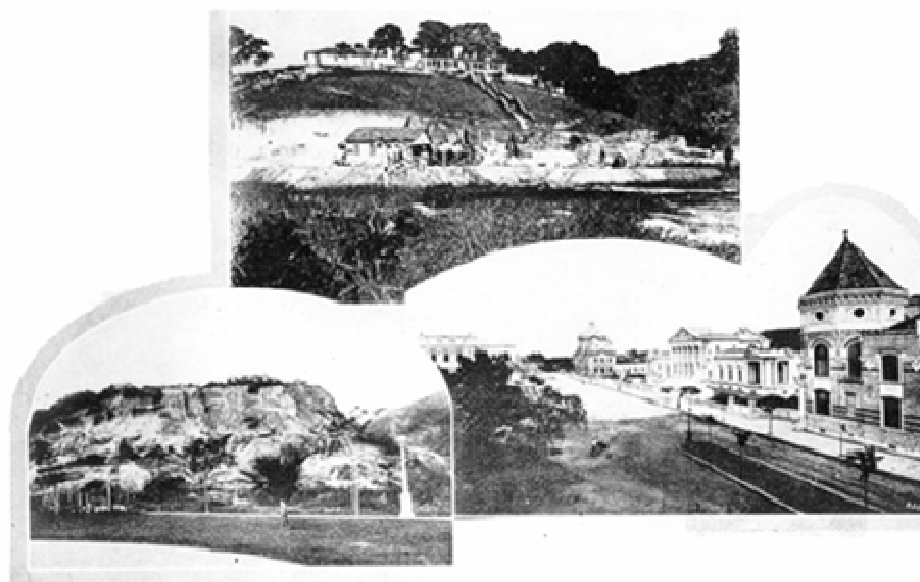


Figura 5.3.2-5 – Desmorte do morro Campo Sujo.⁹

A praça foi erguida para homenagear a, então, recente República brasileira e para ser, conforme descrito acima, o centro cívico da capital do Estado do Rio de Janeiro, em 1903. Para o projeto dos edifícios foi contratado, no ano seguinte, o arquiteto Heitor de Melo. Paulatinamente, foram inaugurados os prédios públicos: a Escola Normal, em 1918, atual Colégio Estadual Liceu Nilo Peçanha; a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em 1917, que abriga hoje a Câmara Municipal de Niterói; o Palácio da Polícia, atual 76ª Delegacia de Polícia; o Palácio da Justiça, em 1919, então sede do Tribunal de Justiça do Estado

⁷ Comissão Construtora do Porto de *Nitheroy* e Saneamento da Enseada de São Lourenço, 1927.

⁸ WEHRS, 1984:98.

⁹ Fonte: <http://www.achetudoeregiao.com.br/rj/Niteroi/historia2.htm>.

do Rio de Janeiro e atualmente o Fórum da Comarca de Niterói (Figuras 5.3.2-6, 5.3.2-7, 5.3.2-8, 5.3.2-9 e 5.3.2-10).



Figura 5.3.2-6 – Praça da República, Niterói, RJ.



Figura 5.3.2-7 – Câmara Municipal - Praça da República, Niterói, RJ.



Figura 5.3.2-8 – Fórum de Niterói.¹⁰



Figura 5.3.2-9 – Biblioteca Pública de Niterói.



Figura 5.3.2-10 – Monumento a República.¹⁰

Próximo ao centro cívico, na esquina da Rua Marechal Deodoro com Marques do Paraná, encontra-se um dos mais conhecidos bens arquitetônicos niteroienses: o Antigo Abrigo dos Bondes (Figuras 5.3.2-11A, 5.3.2-11B, 5.3.2-11C, 5.3.2-12A e 5.3.2-12B). Construído em 1906, servia para abrigar as oficinas de reparo dos bondes que circulavam pela cidade. Como está em uma área central de Niterói, de grande fluxo de pessoas, foi defendida sua preservação. Atualmente, ali funciona um Centro Cultural e se encontra no terreno dos Supermercados Guanabara, o qual, ao comprar a área, se comprometeu a reformar o antigo abrigo.

¹⁰ Tombamento estadual em 26/01/1983. Processo INEPAC E-03/18.213/78. Praça da República, s/n – Centro; Tombamento estadual em 06/09/1990. Processo INEPAC E-18/000.164/89. Entre a Av. Ernani do Amaral Peixoto e a Rua Dr. Celestino – Centro e Tombamento estadual em 26/01/1983. Processo INEPAC E-03/18.213/78. Entre a Av. Ernani do Amaral Peixoto e a Rua Dr. Celestino - Centro



Figura 5.3.2-11A – Aspecto atual da antiga sede do Abrigo dos Bondes, local onde existe o Centro Cultural Abrigo de Bondes – Espaço Antônio Callado. Niterói, RJ. ¹¹



Figura 5.3.2-11B – Aspecto atual da antiga sede do Abrigo dos Bondes, local onde existe o Centro Cultural Abrigo de Bondes – Espaço Antônio Callado. Niterói, RJ. ¹²

¹¹Tombamento municipal em 07/04/1993. Decreto n° 6.595. Rua São João, 383 – Centro.

¹² Tombamento municipal em 07/04/1993. Decreto n° 6.595. Rua São João, 383 – Centro.



Figura 5.3.2-11C – Aspecto atual da antiga sede do Abrigo dos Bondes, local onde existe o Centro Cultural Abrigo de Bondes – Espaço Antônio Callado. Niterói, RJ. ¹³



Figura 5.3.2-12A – Abrigo dos bondes e um bonde em atuação. Imagens de época sem data.

¹³ Tombamento municipal em 07/04/1993. Decreto n° 6.595. Rua São João, 383 – Centro.



Figura 5.3.2-12B – Abrigo dos bondes e um bonde em atuação. Imagens de época sem data.

Dentre os diversos bens preservados, também merecem destaque o Palácio São Domingos (Figuras 5.3.2-13A a 5.3.2-13D), a Estação das Barcas, o prédio dos Correios e Telégrafos (Figuras 5.3.2-14A, 5.3.2-14B e 5.3.2-15), a Estação Cantareira, a Casa do Estudante Fluminense, a Concha Acústica, a Escola Raul Vidal (Figura 5.3.2-16) e outros.



Figura 5.3.2-13A – Palácio São Domingos. Ala esquerda do prédio onde hoje existe uma agência do banco Itaú que cuida de sua fachada.



Figura 5.3.2-13B – Palácio São Domingos. Corpo central da construção e a ala direita, administrada e preservada pela prefeitura e pelo estado.¹⁴



Figura 5.3.2-13C – Palácio São Domingos. Corpo central da construção e a ala direita, administrada e preservada pela prefeitura e pelo estado.¹⁵

¹⁴ Tombamento estadual em 27/08/1990. Processo INEPAC E-18/300.002/84. Tombamento municipal em 20/08/2001. Decreto n° 8.559/2001. Rua Marechal Deodoro, 30 – Centro.

¹⁵ Tombamento estadual em 27/08/1990. Processo INEPAC E-18/300.002/84. Tombamento municipal em 20/08/2001. Decreto n° 8.559/2001. Rua Marechal Deodoro, 30 – Centro.



Figura 5.3.2-13D – Corpo central da construção e a ala direita, administrada e preservada pela prefeitura e pelo estado.¹⁶



Figura 5.3.2-14A – Prédio do Palácio dos Correios e Telégrafos. Imagem atual em processo de reforma.¹⁷

¹⁶ Tombamento estadual em 27/08/1990. Processo INEPAC E-18/300.002/84. Tombamento municipal em 20/08/2001. Decreto n° 8.559/2001. Rua Marechal Deodoro, 30 – Centro.

¹⁷ Tombamento estadual em 27/08/1990. Processo INEPAC E-18/001.175/90. Tombamento municipal em 22/09/1993. Decreto n° 6.709. Av. Visconde do Rio Branco 481 - Centro.



Figura 5.3.2-14B – Prédio do Palácio dos Correios e Telégrafos. Imagem antiga com a linha dos bondes elétricos.¹⁸



Figura 5.3.2-15 – Detalhe da frente da Agência dos Correios e Telégrafos de Niterói antes do fechamento para reforma.

¹⁸ Tombamento estadual em 27/08/1990. Processo INEPAC E-18/001.175/90. Tombamento municipal em 22/09/1993. Decreto nº 6.709. Av. Visconde do Rio Branco 481 - Centro.



Figura 5.3.2-16 – Escola Raul Vidal.

Em frente à praça do expedicionário, existe uma construção conhecida como Estação Leopoldina, e, segundo fontes orais, seria o local onde se iniciava a Ferrovia Niterói, que foi abandonada após a construção da Ponte Rio Niterói, mudando o seu local inicial para a Oficina Mecânica da Linha (Figura 5.3.2-17). Muitas outras construções antigas existem no local, no entanto nenhuma de domínio ou conhecimento público, porém importantes retratos de tempos pretéritos que não podem ser menosprezados.



Figura 5.3.2-17 – Estação da Leopoldina, antiga estação inicial da Ferrovia Niterói.

Por causa de sua importância arquitetônica, o Terminal Rodoviário Roberto Silveira também está incluído na lista de bens tombados por Niterói (Figura 5.3.2-18). Trata-se de um exemplar arquitetônico de meados do século XX, projetado sob influência do pensamento modernista, que rompia com o esquema tradicional dominante na época.



Figura 5.3.2-18 – Terminal Rodoviário Roberto Silveira.¹⁹

O terminal rodoviário se encontra na Avenida Feliciano Sodré. No seu lado oposto, encontra-se o bairro histórico de Ponta D'Areia. Localiza-se em uma formação geográfica conhecida como Pontal da Armação, nome que advém da vocação pesqueira (onde se “armava” os barcos de pesca) que a região historicamente sempre possuiu (Figuras 5.3.2-19A a 5.3.2-19C). Até hoje neste local existe o tradicional Mercado de peixe São Pedro (santo protetor dos pescadores), conhecido e frequentado por moradores de vários municípios próximos (Figuras 5.3.2-20A e 5.3.2-20B).



¹⁹ Tombamento municipal em 02/04/1998. Decreto n° 7.767. Praça Fonseca Ramos, s/n° - Centro.

Figura 5.3.2-19A – Baleeira Alpha, símbolo remanescente da pesca baleeira de Niterói.

Fonte: Depac²⁰.



Figura 5.3.2-19B – Baleeira Alpha, símbolo remanescente da pesca baleeira de Niterói.

Fonte: Depac²¹.

²⁰ A baleeira Alpha é uma embarcação esportiva para quatro remos, construída por volta de 1894, por um artesão niteroiense. O barco foi adquirido, naquele mesmo ano, por Erwin Voigt para substituir o escaler de quatro remos "Guarany", destruído durante a Revolta da Armada (1893-1894). Com essa embarcação o Grupo de Regatas Gragoatá tornou-se o primeiro clube campeão de remo do Estado do Rio de Janeiro. Tombamento municipal em 21/05/1996. Processo 110/0022/92 - Lei nº 1.507. Grupo de Regatas Gragoatá - Rua Coronel Tamarindo, 69 – Gragoatá.

²¹ A baleeira Alpha é uma embarcação esportiva para quatro remos, construída por volta de 1894, por um artesão niteroiense. O barco foi adquirido, naquele mesmo ano, por Erwin Voigt para substituir o escaler de quatro remos "Guarany", destruído durante a Revolta da Armada (1893-1894). Com essa embarcação o Grupo de Regatas Gragoatá tornou-se o primeiro clube campeão de remo do Estado do Rio de Janeiro. Tombamento municipal em 21/05/1996. Processo 110/0022/92 - Lei nº 1.507. Grupo de Regatas Gragoatá - Rua Coronel Tamarindo, 69 – Gragoatá.

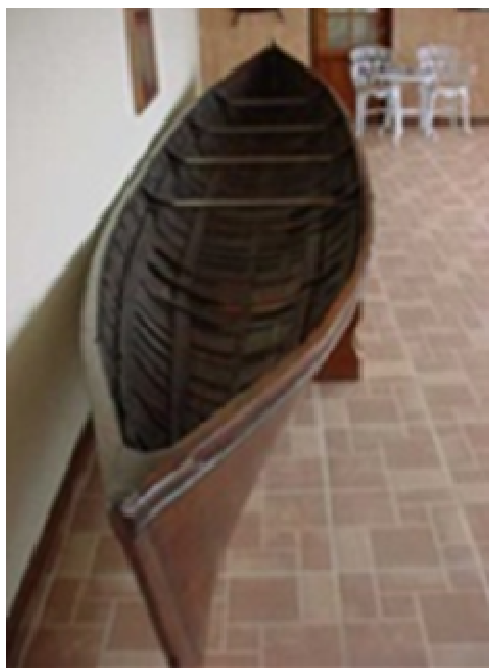


Figura 5.3.2-19C – Baleeira Alpha, símbolo remanescente da pesca baleeira de Niterói.
Fonte: Depac²².



Figura 5.3.2-20A – Fachada do Mercado São Pedro.

²² A baleeira Alpha é uma embarcação esportiva para quatro remos, construída por volta de 1894, por um artesão niteroiense. O barco foi adquirido, naquele mesmo ano, por Erwin Voigt para substituir o escaler de quatro remos "Guarany", destruído durante a Revolta da Armada (1893-1894). Com essa embarcação o Grupo de Regatas Gragoatá tornou-se o primeiro clube campeão de remo do Estado do Rio de Janeiro. Tombamento municipal em 21/05/1996. Processo 110/0022/92 - Lei nº 1.507. Grupo de Regatas Gragoatá - Rua Coronel Tamarindo, 69 – Gragoatá.



Figura 5.3.2-20B – Altar devotado ao santo que se encontra no interior do Mercado de São Pedro.

A região possui um grande número de edificações datadas do início do século XX, as quais se encontram razoavelmente preservadas até hoje, pois o forte crescimento imobiliário não alcançou a área com a mesma intensidade que se verifica em outros bairros de Niterói, como Ingá, Icaraí e Santa Rosa. Caminhando por suas ruas, percebe-se que, apesar do visível envelhecimento do bairro, há uma forte influência portuguesa no local, conforme atesta a historiadora Ana Maria de Moura Nogueira em sua dissertação, na qual trabalha com a colônia portuguesa em Ponta D'Areia²³ (Figuras 5.3.2-21A e 5.3.2-21B).



²³ NOGUEIRA, 1998.

Figura 5.3.2-21A – Fachadas de edificações em Ponta d’Areia.



Figura 5.3.2-21B – Fachadas de edificações em Ponta d’Areia.

O bairro além da vocação pesqueira, inicialmente com a pesca baleeira, posteriormente adquiriu um perfil operário. Com o forte crescimento do centro de Niterói, em meados do século XX, por se encontrar muito próximo à região central, também houve um expressivo surto de desenvolvimento. A atividade portuária se diversificou e muitas fábricas relacionadas a esta atividade se fixaram no bairro (Figura 5.3.2-22). Foi iniciada a construção de barcos a vapor, caldeiras e peças fundidas a ferro, além de material bélico para Marinha. Ali se instalou a Companhia de Comércio e Navegação e de Pereira Carneiro e Cia. Ltda., a qual investiu na construção de grande frota de cabotagem e de grandes armazéns na área, além da construção de vilas operárias para seus funcionários. Em algumas das casas registradas, a inscrição J. Coelho C. poderia estar relacionada ao seu construtor (Figuras 5.3.2-23A e 5.3.2-23B).

Como grande parte desses funcionários eram de origem portuguesa, este fato marca a construção social do local, de tal modo que uma parte de Ponta D’Areia é chamada de Portugal Pequeno, onde há um razoável apelo turístico, contando com a presença de vários bares e restaurantes (Figuras 5.3.2-24 e 5.3.2-25).



Figura 5.3.2-22: Estaleiro Wilson Sons S.A. Fachada datada de 1945.



Figura 5.3.2-23A: Casa típica da Ponta d'Areia.



Figura 5.3.2-23B: Detalhe de sua fachada com data de 1932 e inscrição “J.COELHO C.”



Figura 5.3.2-24: Restaurante Gruta de Santo Antônio, de cozinha portuguesa. Ponta d´Areia.



Figura 5.3.2-25: Colégio Portugal Pequeno de ensino infantil da Prefeitura de Niterói. Construído pelo português Lorival Mazzarredo para alfabetizar os filhos dos operários da região e muito tempo depois doado para a prefeitura.

Na região central da cidade, uma imagem antiga demonstra a extensão de aterro realizado na década de 1970, observando-se, numa imagem atual, as instalações que ali existem (Figuras 5.3.2-26 e 5.3.2-27).



Figura 5.3.2-26: Obras de aterro na região central de Niterói.²⁴

²⁴ MARTINS, 2006.



Figura 5.3.2-27: Orla do Centro de Niterói, com a Estação das Barcas à frente e Ponta da Areia ao fundo.

Em São Domingos existem diversos bens tombados e de grande importância, em razão da proximidade destes com a região central do município e com a Baía de Guanabara. Entre eles estão a Casa dos Estudantes, Loja Maçônica Acácia e um Busto de Dom Pedro II.

A sede da Casa do Estudante Fluminense, instituição criada pela lei nº 419 de 18 de maio de 1949, por iniciativa de sua proprietária Maria Júlia Braga, acolheu estudantes carentes desde 1925. Quando enfrentou dificuldades em 1968, foi adquirida pelo Estado devido à ausência de herdeiros. Em 1978, foi comprada pela Cia. Brasileira de Energia Elétrica, mas a casa continuou administrada pela Secretaria Estadual de Educação (Figura 5.3.2-28).



Figura 5.3.2-28: Casa dos estudantes.²⁵

²⁵Tombamento municipal em 04/06/2001. Processo 010/1025/00 - Lei nº 1.836. Rua Prof. Hernani Pires de Mello, 2 - São Domingos.

Fundada em 1868, na Rua da Carioca, no Rio de Janeiro, a loja maçônica Acácia foi posteriormente transferida para Niterói. Passou a ocupar o sobrado nº 82 da Rua da Conceição, junto com a loja Vigilância. Em razão de divergências da sede comum, Acácia e Vigilância separaram-se e a primeira se instalou na Rua Hernani Pires de Mello nº 60 (Figura 5.3.2-29).



Figura 5.3.2-29: Loja Maçônica Acácia.²⁶

O busto de D. Pedro II foi confeccionado em 1920, no Rio de Janeiro, pelo artista Ugo Taoidei. Comprado pela Associação Comercial, foi oferecido à cidade de Niterói em comemoração pelo centenário de nascimento do imperador. A pedra fundamental do monumento foi assentada no Largo de São Domingos, atual Praça Leoni Ramos, em 3 de dezembro de 1925. A inauguração ocorreu dez dias depois, com a presença do Governador Feliciano Sodré e do Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança (Figuras 5.3.2-30A , 5.3.2-30B, 5.3.2-31A e 5.3.2-31B).

²⁶Tombamento municipal em 25/05/1994. Processo 10/0821/94 - Decreto nº 1.288. Rua Hernani Pires de Mello, 60 - São Domingos.



Figura 5.3.2-30A – Residências típicas da Praça Leoni Ramos, mais conhecida como Praça do Gragoatá, hoje conjunto de bares muito conhecido.



Figura 5.3.2-30B – Busto de Dom Pedro II.²⁷

²⁷Tombamento municipal em 21/05/1996. Processo 110/0022/92 - Lei nº 1.507. Praça Leoni Ramos - São Domingos



Figura 5.3.2-31A: Entrada da fortaleza do Gragoatá.



Figura 5.3.2-31B: Placa sobre o portão principal com os dizeres “Sendo Pedro II Imperador constitucional e perpétuo defensor do Brasil foi acabada esta fortificação em 41 da Independência da Pátria/1863”. Texto original em latim.²⁸

Inaugurado em 1906, o "Estaleiro e Officina da Cia. da Cantareira", se destinava à realização de consertos e reparos em embarcações, além do transporte de passageiros. Em 1954, seria administrado pelo Grupo Carreiro. Alguns anos mais tarde, em 22 de maio de 1959, devido ao baixo nível dos serviços e às altas tarifas, houve uma grande revolta popular que incendiou a Estação Cantareira e seus

²⁸Tombamento federal em 24/05/1938. Processo 0155-T-38, inscrição nº 51 no Livro Histórico, fl.10 e inscrição nº 100 no Livro das Belas Artes, fl. 18. Praia do Gragoatá, 145 – Gragoatá.

anexos. Após esse evento o Governo Federal desapropriou os imóveis, que passaram ao Serviço de Transporte da Baía de Guanabara, passando em 1977 à CONERJ, que, por sua vez, cedeu a edificação à Prefeitura em comodato, para instalação de um centro de atividades culturais (Figura 5.3.2-32).



Figura 5.3.2-32: Portal da Estação Cantareira.²⁹

Outras edificações importantes compreendem o conjunto arquitetônico composto por duas edificações conhecidas como “Chalet” e “Casarão”. O Chalet foi construído em 1888 e o casarão em 1917. Ambos são utilizados, desde 1957, pela Universidade Federal Fluminense (Figura 5.3.2-33).



Figura 5.3.2-33: Escola de arquitetura da UFF³⁰.

²⁹ Tombamento municipal em 06/05/1992. Lei nº 1063. Rua Alexandre Moura, 2 - São Domingos.

³⁰ Tombamento estadual em 26/09/1978. Processo INEPAC - E-03/16.511/78. Tombamento municipal em 08/10/1991. Processo 110/0046/91 - Decreto 6203. Rua Passo da Pátria, 156 - São Domingos.

A ilha de Boa Viagem merece um enfoque especial, por sua beleza tanto natural quanto histórica (Figura 5.3.2-34). Nela está instalada uma capela construída no século XVII e há ruínas de um fortim. Possui uma ponte belíssima ligando a Ilha ao continente. Existem também ali outras duas edificações construídas em épocas mais recentes.

A primeira edificação erguida foi a pequena capela em honra à Nossa Senhora da Boa Viagem, datada de 1650. A outra edificação mais antiga é o fortim da Boa Viagem, com construção provável datada de 1702, e que foi utilizada militarmente até o século XIX. Sua utilização militar deveu-se ao excelente posicionamento geográfico e militar do local.



Figura 5.3.2-34: Ilha de Boa Viagem.³¹

³¹ Tombamento federal em 30/05/1938. Processo nº 101-T e 164-T, inscrição nº 80 no Livro das Belas Artes, fl. 15 e inscrição nº 3 no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, fl. 2. Ao largo da Praia da Boa Viagem - Boa Viagem